REVISTA IBEF

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO VIII - NÚMERO 39 - BIMESTRAL - 2012
www.ibefrio.org.br

ENTREVISTA

Renato Bertani, diretor executivo da Barra Energia.

EXCLUSIVO

Ministro da Agricultura e a queda nos juros do financiamento rural.

Maurício Costa: BVRio uma bolsa de valores ambientais.

Rita Lobo: Islândia, modelo de recuperação econômica.

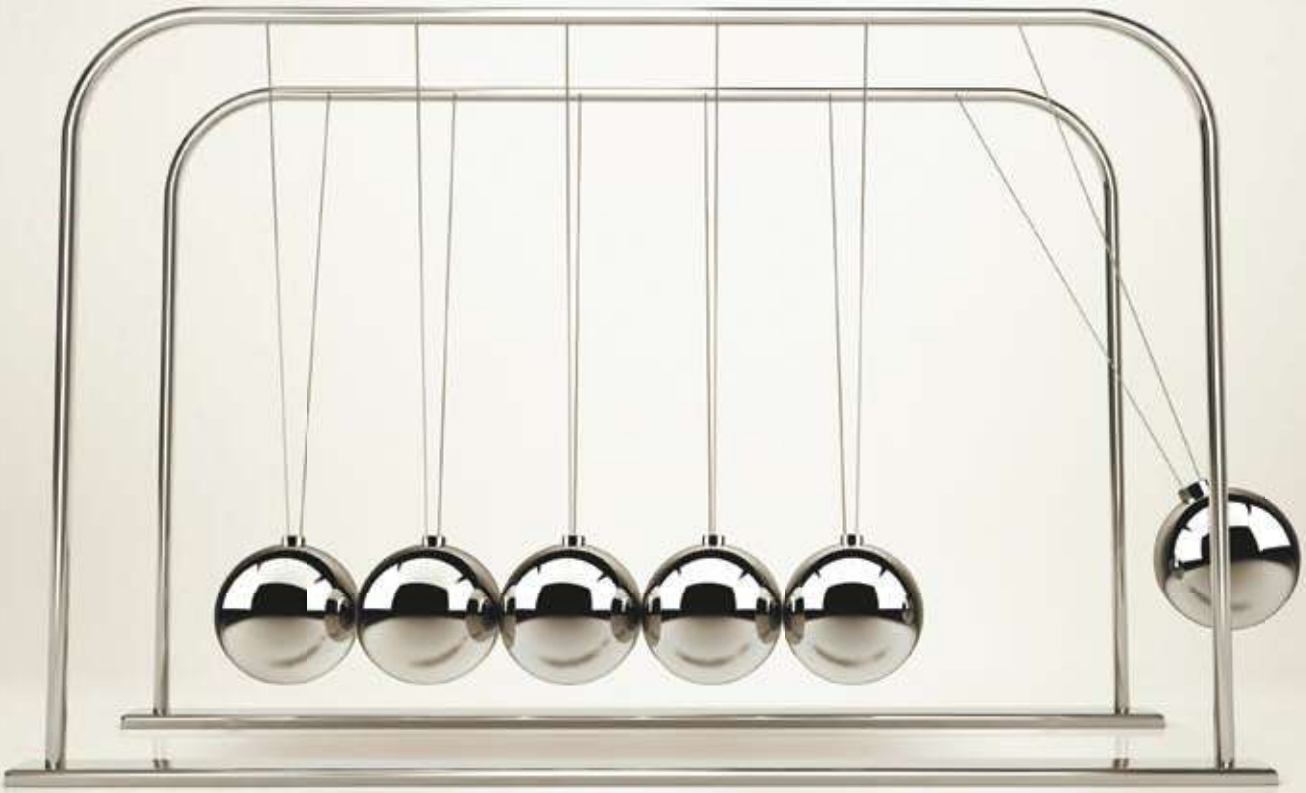
Thomás Tosta de Sá: investimentos sociais no Brasil.

Raul Hey: recado aos empresários brasileiros.

IBEF
Rio de Janeiro

CORREIOS
Soluções que aproximam

artplan



LOGÍSTICA REVERSA.
PARA AQUELA ENCOMENDA DA SUA EMPRESA QUE FOI, MAS PRECISOU VOLTAR.

Com a Logística Reversa, as encomendas que a sua empresa envia por SEDEX, SEDEX 10, e-SEDEX ou PAC e que, por algum motivo, precisam voltar, são devolvidas de maneira simples e segura. Basta que a sua empresa emita uma autorização de postagem. O seu cliente entrega a encomenda numa agência dos Correios mais próxima e os Correios remetem a encomenda novamente para a sua empresa. Para conhecer melhor a Logística Reversa em Agência e as outras modalidades, acesse www.correios.com.br/encomendas.

correios.com.br

SEDEX
MANDOU, CHEGOU.

Editorial

2º Prêmio IBEF de Sustentabilidade.

Este é o segundo ano que o Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças **IBEF** certificou e premiou empresas e organizações que praticam ações em prol do crescimento econômico, preservação ambiental e bem estar social. Muito nos orgulhou a criação do Prêmio IBEF de Sustentabilidade, pois constatamos o quão importante está sendo para as empresas a prática da Sustentabilidade. Neste ano, recebemos 78 inscrições de cases, contra 54 do ano passado, o que indica a preocupação constante com o assunto.

Grande parte desse sucesso se dá pelo fato de grandes companhias brasileiras apoiarem o projeto. Este ano a **VALE**, **Grupo Pão de Açúcar**, **Cemig** e **PwC** foram nossas parceiras e são empresas que possuem forte atuação na área de Sustentabilidade.

A VALE, por exemplo, segunda maior mineradora do mundo, com atuação também nos setores de logística, siderurgia e energia, apoia e incentiva ações que promovam os avanços na área da Sustentabilidade Corporativa. Isso porque atua de maneira eficaz em busca pelo equilíbrio entre o desenvolvimento socioeconômico e o uso sustentável dos recursos naturais. Dentre os diversos programas para conservação da Biodiversidade, a VALE protege quase 13,7 mil km2 de habitats naturais, especialmente no Brasil, os quais incluem áreas de propriedade da empresa e unidades de conservação protegidas em parceria com os governos locais. Além disso, desenvolve projetos em parceria com instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais.

Ações como essas demonstram que a iniciativa privada pode ser protagonista de um futuro mais sustentável, gerando conhecimento e conservação dos recursos naturais do planeta.

Marcos Chouin Varejão

Índice

EDITORIAL.....1
Marcos Varejão

ENTREVISTA.....2
Renato Bertani - Barra Energia

OPINIÃO.....6
Ministro Mendes Ribeiro Filho
Agricultura para todos.

OPINIÃO.....8
Mauricio de Moura Costa
BVRio - Uma bolsa de valores ambientais.

OPINIÃO.....10
Fernando Rizzolo
Nacionalismo econômico.

INTERNACIONAL.....12
Como fortalecer o mercado financeiro como instituição democrática.

OPINIÃO.....13
Ana de Hollanda e Luiz de Almeida
Preservar para poder avançar.

NACIONAL.....14
O Brasil na era da tecnologia 4G

OPINIÃO.....16
Raul Hey
Recado aos empresários brasileiros.

NACIONAL.....18
Crise econômica poderá ser oportunidade no Brasil!

OPINIÃO.....20
Mozart Neves Ramos
Educação e a experiência em rede da ciência e tecnologia.

NACIONAL.....21
Rio de Janeiro e São Paulo estão na lista das cidades mais caras do mundo.

INTERNACIONAL.....22
Cinco razões para investir na Colômbia.

DAY TRADE.....24
Coluna de informação

NACIONAL.....27
Tem que ser agora e do meu jeito.

OPINIÃO.....28
Reginaldo Gonçalves - Empresas do Brasil atraem investidores.

OPINIÃO.....29
Fabio de Arruda Montara - O papel da comunicação para a Sustentabilidade.

NACIONAL.....30
O crédito e o endividamento do consumidor do brasileiro.

OPINIÃO.....32
George Holland - Divulgações corporativas: mais qualidade e menos quantidade.

OPINIÃO.....34
Rita Lobo
Islândia: modelo de recuperação econômica

OPINIÃO.....36
Júlio Alfredo Rosa Paschoal
Competitividade X Guerra Fiscal.

OPINIÃO.....38
Fábio Santos Ribeiro - Redes sociais nas empresas: educar é a solução.

OPINIÃO.....40
Marília Neves
128 anos do trem do Corcovado.

ESTANTE.....41
Coluna sobre publicações editoriais

OPINIÃO.....42
Thomas Tosta de Sá
Investimentos sociais.

OPINIÃO.....42
Manoel Marcondes Neto
Relações Públicas ao alcance de todos.

JURISPRUDÊNCIA.....46
Antônio Gonçalves
O preço da sua imagem.

OPINIÃO.....48
Mohamad Akl
Cooperativismo e ascenção social.

Renato Bertani, diretor executivo da Barra Energia.

Revista IBEF - Fale-nos sobre sua carreira.

Nasci em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, há 59 anos. Graduei-me em Geologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1975. Posteriormente completei meu doutorado em Geologia e Geoquímica Sedimentar pela University of Illinois, EUA. Trabalhei na Petrobras durante 32 anos. Fui diretor de Exploração e Produção da Braspetro e presidente das subsidiárias internacionais da Petrobras no Reino Unido e nos Estados Unidos. Em 2010, ingressei na Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás ocupando o cargo de diretor-executivo. No ano passado, após servir por dois termos como Vice-Presidente, fui eleito presidente do World Petroleum Council - WPC para o triênio 2011-2014.

"Temos o compromisso de aporte de recursos financeiros dos investidores para nos posicionarmos como uma importante e bem capitalizada companhia brasileira de petróleo."

Revista IBEF - Quais são as áreas em que a Barra Energia atua?

A Barra Energia é uma empresa brasileira dedicada à exploração e produção de petróleo nas bacias sedimentares brasileiras. A empresa tem como foco principal de atuação a área marítima (offshore) das bacias de Santos e Campos, tanto no Pós-Sal como na nova fronteira do Pré-Sal. Outras bacias também estão sob consideração, mas nossa maior prioridade está em águas profundas de Santos e Campos.

Revista IBEF - Conte-nos um pouco da história e formação da empresa.

A Barra Energia é uma empresa nova formada por experientes profissionais brasileiros altamente qualificados e reconhecidos no setor de petróleo e gás. A equipe da Barra Energia possui alta experiência em criar e desenvolver portfólios de exploração e produção tanto no Brasil como no exterior. Com base no amplo conhecimento da geologia local, experiência operacional e do ambiente de negócios no país, nosso objetivo é a construção de uma companhia brasileira que seja reconhecida como uma das líderes em sua área de atuação, e que possa contribuir para o crescimento da indústria de petróleo no país. Nós iniciamos a implementação de nosso plano de negócios em maio de 2010 e, neste curto período de tempo, já nos posicionamos em duas áreas de enorme potencial no "*cluster*" do pré-sal. Já somos parte do restrito grupo de companhias que conseguiu participação significativa numa das províncias de maior potencial do mundo.

Revista IBEF - A Barra Energia já atua no pré-sal. Qual a sua expectativa nessa área?

Nós temos participações em dois blocos em águas profundas na Bacia de Santos, o BM-S-8 (10%) e o BS-4 (30%). Este dois blocos por si só já nos asseguram uma excelente diversificação da nossa carteira de projetos, englobando os campos em desenvolvimento de Atlanta e Oliva em reservatórios do pós-sal, três descobertas do pré-sal em avaliação e um grande número de prospectos exploratórios com excelentes perspectivas para o pré-sal e em algumas áreas também para pós-sal.

Mantendo nosso foco prioritário nas áreas exploratórias com alto potencial de crescimento na nova província do pré-sal (em fase inicial de exploração) e pós-sal (procurando capturar oportunidades de crescimento em área madura) estamos construindo assim um portfolio equilibrado incluindo a combinação de projetos em fase de exploração, delimitação e desenvolvimento da produção.

Revista IBEF - A atividade de exploração e produção de petróleo exige um elevado volume de recursos. Vocês estão preparados para esses investimentos?

Temos o compromisso de aporte de recursos financeiros dos investidores para nos posicionarmos como uma importante e bem capitalizada companhia brasileira de petróleo. Em maio de 2010, a Barra Energia anunciou um acordo com o First Reserve Corporation, um fundo de investimentos privado,

líder mundial em investimentos na área de energia, com mais de US$19 bilhões aplicados no segmento, que se comprometeu a aportar US$ 500 milhões de capital para financiar o plano de investimentos e operações da empresa.

Em abril de 2011, outro grande fundo privado, o Riverstone Holdings LLC, que detém uma carteira de investimentos de cerca de US$17 bilhões, se comprometeu em fazer um aporte de mais US$ 500 milhões para a implementação do plano de negócios da Barra.

E posteriormente, em maio do mesmo ano, outros fundos privados de investimentos aportaram cerca de US$ 200 milhões, elevando a capacidade de investimento da companhia para aproximadamente US$ 1,2 bilhão.

Revista IBEF - Fale-nos como está sendo o desempenho da companhia em 2012 e a expectativa para 2013?

Já tivemos ótimas notícias neste ano. Em março anunciamos a descoberta de óleo de alta qualidade no BM-S-8, em reservatórios do pré-sal na Bacia de Santos, no poço 4-SPS-86B (4-BRSA-971-SPS), conhecido como Carcará. O prosseguimento da perfuração trouxe novos dados que reforçam a importância dessa descoberta, tendo até então comprovado uma coluna contínua de 171 metros de óleo leve de 32º API em reservatórios de excelente qualidade. O poço, localizado a 232 km do litoral do Estado de São Paulo, em águas de 2.027 metros de profundidade, continua sua perfuração em busca do limite inferior do reservatório, e da identificação de outras possíveis zonas de interesse.

Tendo em vista estes resultados encorajadores obtidos até agora, o consórcio planeja novas atividades no Bloco a serem definidas ao final da perfuração e avaliação do poço, em linha com o Plano de Avaliação aprovado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Outras duas descobertas neste bloco, Bem-te-vi e Biguá, estão em estudos de viabilidade, visando determinar possíveis alternativas de desenvolvimento.

No bloco BS-4 também temos feito um excelente progresso. A área engloba os Campos de Atlanta e Oliva, portadores de óleo pesado em reservatórios do Eoceno (pós-sal) a cerca de 2.400m de profundidade, com grau API entre 14º e 16º. Os dois campos somam um volume superior a 2,1 bilhões de barris de óleo in situ. Estamos executando, dentro do cronograma previsto, o plano de desenvolvimento destas acumulações submetido à ANP. Além disto, também identificamos prospectos com grande potencial em horizontes mais profundos do pré-sal, até hoje ainda não perfurados neste bloco. Pretendemos perfurar um poço exploratório para testar o primeiro destes prospectos, geologicamente análogo ao campo gigante de Libra, no início de 2014.

Revista IBEF - Qual o grande desafio da Barra Energia frente ao futuro?

Nós continuamos buscando oportunidades para ampliar nossa carteira de projetos, seja através de farmins, aquisições ou rodadas de licitação de blocos. Infelizmente há quatro anos não temos rodadas de licitação e isto está restringindo severamente o acesso a novas oportunidades de investimentos. Nós esperamos que as discussões em torno da distribuição dos *royalties* cheguem a bom termo o quanto antes para que possamos retomar o processo de crescimento do segmento de exploração. É inconcebível que um país com a extensão e potencial petrolífero do Brasil esteja na iminência de paralisar a atividade exploratória por falta de novas rodadas. Daqui a cinco a oito anos veremos uma grande redução no nível de investimentos em desenvolvimento da produção, simplesmente porque, sem exploração agora, não haverá novas descobertas a serem desenvolvidas.

Revista IBEF - O senhor é o primeiro brasileiro a presidir o World Petroleum Council (WPC). Poderia nos contar qual o seu papel e a experiência adquirida até agora?

Esta é a primeira vez que um representante do hemisfério sul é eleito para essa importante posição no WPC. Eu já vinha atuando junto ao WPC desde 1998 e servi como vice-presidente encarregado da programação técnica dos Congressos Mundiais do Petróleo que ocorreram em Madrid em 2008 e Doha em 2011. Em dezembro do ano passado tive a honra de ser eleito presidente do WPC por aclamação do conselho representante dos 65 países membros da organização.

Considero que minha eleição para presidir esta organização, cujos membros representam 95% da produção e consumo mundial de óleo e gás natural, reflete o reconhecimento da capacitação e notável progresso alcançado pela indústria do petróleo brasileira. Devo também ressaltar o apoio que tenho do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP), que se incumbe de executar as atividades do comitê brasileiro para o WPC.

Além de preparar o próximo Congresso Mundial do Petróleo, que acontecerá em Moscou em 2014, estamos trabalhando para imprimir uma nova dinâmica ao WPC, de forma a contribuir continuamente para o crescimento da indústria do petróleo global e gerar valor para nossos países membros.

Revista IBEF - Qual o papel do WPC e a sua importância no mundo empresarial?

O WPC, fundado em 1933, é a maior entidade mundial do setor de petróleo e responsável pelo principal congresso da indústria, o World Petroleum Congress, que acontece de forma itinerante a cada três anos.

Acima de tudo, nossa missão é promover a exploração, produção e consumo de óleo e gás natural, de forma sustentável, em benefício de toda a humanidade. Servimos como um grande forum para discussão das grandes questões e desafios que a indústria enfrenta, e procuramos disseminar para todos os nossos membros as melhores práticas nas áreas tecnológica, gerencial e de responsabilidade social.

Na nossa visão, para assegurar a sustentabilidade de nossa indústria precisamos atender, simultaneamente, a quatro requisitos: a) assegurar um retorno razoável aos nossos acionistas, b) garantir que uma parcela justa da riqueza criada retorne à comunidade e à sociedade, c) perseguir um índice zero de acidentes e incidentes ambientais e de segurança, mesmo que esta meta seja inalcançável, e, finalmente, d) manter os melhores padrões de ética e transparência na condução dos negócios.

Agricultura para todos.

*Mendes Ribeiro Filho**

FOTO: CARLOS SILVA

Os investimentos chegam ao campo. E à mesa do brasileiro. A agropecuária se destacou em 2011 como o setor que mais cresceu no país, 3,9%, ante o aumento de 1,6% da indústria e 2,7% de serviços; além de ser responsável por 38% de tudo o que o Brasil exportou. Os números respaldam o Brasil como um dos maiores produtores de alimentos do mundo, mas queremos ainda mais. Com o objetivo de assegurar condições à contínua expansão da atividade no país, com maior eficiência e competitividade, o Governo Federal lançou o Plano Agrícola e Pecuário 2012/13, que conta com R$ 115,25 bilhões para financiamento da agricultura empresarial, o que representa um crescimento de 7,5% em relação à safra anterior.

Vamos plantar benefícios. Esta é sem dúvida alguma, a política agrícola mais democrática de todos os tempos, projetada em conjunto entre Governo e o setor. Uma das principais conquistas é a redução da taxas de juros do financiamento rural, de 6,75% para 5,5% ao ano. Os limites de crédito para custeio também foram ampliados, de R$ 650 mil para R$ 800 mil por produtor; assim como de comercialização, de R$ 1,3 milhão para R$ 1,6 milhão. Também foi elevada a subvenção ao prêmio do Seguro Rural e do limite de cobertura do Proagro, além de reduzidos os custos financeiros para o produtor, elevando a sua liquidez.

Os recursos estão ao alcance do produtor, conforme determinação da presidenta Dilma Rousseff. Todos os segmentos ligados ao agronegócio foram beneficiados, especialmente o médio produtor rural, que terá à disposição R$ 11,15 bilhões para financiamento e o aumento dos limites de financiamento de custeio de R$ 400 mil para R$ 500 mil. As cooperativas também são favorecidas a partir do aumento de R$ 4 bilhões para R$ 5 bilhões relativos às linhas de crédito, justamente no Ano Internacional das Cooperativas.

As medidas seguem a bússola da regionalização que estamos adotando e visam implementar políticas agrícolas com foco nas realidades locais, priorizando investimentos em armazenagem, irrigação, correção, recuperação e conservação de solo, máquinas e equipamentos agrícolas.

Agora, queremos colher resultados. O Governo está ao lado daquele que produz, com o objetivo de harmonizar o agronegócio brasileiro com a conjuntura ambiental e as demais políticas públicas. O novo plano vai além da concepção econômica, buscando melhorar a relação entre o produtor rural e os demais atores da cadeia produtiva. Queremos fortalecer iniciativas que assegurem o mínimo impacto ambiental, com incentivo às práticas sustentáveis no campo e estabilidade de preços, ampliando o acesso dos consumidores de baixa renda aos alimentos básicos e de qualidade. Ganha o produtor, ganha o consumidor, ganha todo o Brasil.

** Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.*

agência mood3

RODOVIAS
TRANSPORTE DE PASSAGEIROS
AEROPORTOS

A CCR CRESCE EM TODAS AS DIREÇÕES PARA QUE VOCÊ CHEGUE LÁ PELO CAMINHO QUE ESCOLHER.

CCR. É POR AQUI QUE A GENTE CHEGA LÁ.

O Grupo CCR vem crescendo cada vez mais e hoje é um dos maiores do mundo em concessão de infraestrutura. Além da excelência na administração de estradas, a CCR atua também no transporte de passageiros, com a Linha 4 de metrô em São Paulo e com a CCR Barcas no Rio de Janeiro, em inspeção veicular ambiental, operação eletrônica de pagamentos e, agora, também em aeroportos. Uma expansão com o compromisso CCR de desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua. Hoje, e cada dia mais, é por aqui que a gente chega lá.

CCR

Ponte NovaDutra ViaLagos RodoNorte AutoBAn ViaOeste RodoAnel Renovias ViaQuatro STP Controlar Actua Engelog EngelogTec SPVias Samm Barcas

www.grupoccr.com.br

A BVRio - Uma bolsa de valores ambientais.

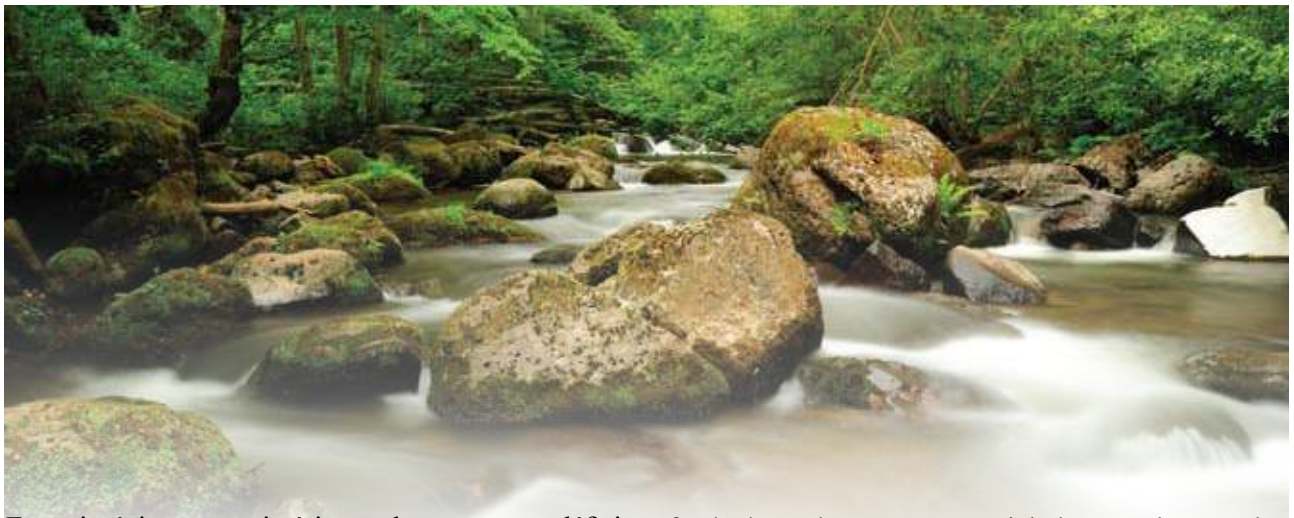
*Mauricio de Moura Costa**

A partir da visão de que mecanismos de mercado são instrumentos eficientes de execução de políticas públicas ambientais e de desenvolvimento sustentável foi criada a BVRio, uma bolsa de valores ambientais de abrangência nacional idealizada em conjunto com o setor empresarial, setor público e terceiro setor.

A legislação ambiental estabelece uma série de obrigações a empresas e indivíduos (reciclagem, manutenção de reserva legal, redução de emissões, etc.). Ao permitir que essas obrigações possam ser cumpridas por meio de créditos ou cotas (que chamamos, em conjunto, de "ativos ambientais"), obtém-se uma maior eficiência no cumprimento dessas obrigações, com ganhos para particulares e para o governo, com uma melhor alocação de recursos para a economia em geral e benefícios para o meio ambiente. Empresas ou indivíduos que, em razão de sua especialização ou vantagem comparativa, tenham um menor custo em realizar determinada atividade ou serviço ambiental (reciclagem, provisão de reserva legal, etc.) poderão receber créditos por essa atividade ou serviço. Esses créditos podem ser vendidos àqueles que teriam um custo mais elevado na realização direta da sua obrigação ambiental. Cria-se assim um mercado de ativos ambientais que, além de estimular uma mudança cultural, relativamente às questões ambientais (onde um "passivo" ambiental passa a ser tratado como "ativo"), fomenta diversas outras atividades econômicas assessórias (provedores de serviços e tecnologia).

Nesse sentido, a BVRio, em cooperação com as autoridades competentes, atua na modelagem e criação de ativos ambientais que possam contribuir para o cumprimento mais eficiente da legislação ambiental. Dentre os mercados que a BVRio está atualmente desenvolvendo podemos destacar os seguintes:

- Mercados Florestais - Créditos de reserva legal e de reposição florestal: De acordo com a legislação florestal brasileira, todos os imóveis rurais devem manter uma parte de sua área com cobertura de vegetação nativa (a chamada "reserva legal", que pode variar entre 20% e 80% da área do imóvel, conforme o bioma e a região em que se localize).



Em princípio, o proprietário rural que tem um déficit deve recompor a cobertura florestal (que é um processo longo e custoso), e o proprietário que tem um excedente pode desmatar esse excedente florestal (o que representa uma perda imediata de cobertura florestal). Os créditos de reserva legal permitem que seja feita uma compensação entre excedentes e déficits, com benefícios ambientais e econômicos. Uma outra obrigação legal é a reposição florestal, ou seja, a compensação da extração de florestas por plantio florestal, a qual também pode ser atendida por meio de créditos.

• Mercados de Logística Reversa: A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece que comerciantes, distribuidores, fabricantes e importadores de determinados produtos (pneus, óleos lubrificantes, pilhas e baterias, agrotóxicos, lâmpadas fluorescentes, produtos eletroeletrônicos) devem implementar sistemas de logística reversa e reciclagem para os respectivos resíduos e embalagens. A logística reversa envolve a coleta e restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, e tem como etapa final a destinação final ambientalmente adequada do resíduo. A BVRio está desenvolvendo a criação de Créditos de Destinação Adequada como um meio de cumprimento da obrigação de destinação final adequada. Empresas recicladoras podem receber um crédito pela reciclagem realizada e vender esses créditos aos produtores ou importadores, para que estes possam cumprir suas obrigações de destinação final ambientalmente adequada junto à autoridade ambiental competente.

• Mercados de Carbono: A BVRio está auxiliando o governo do Estado do Rio de Janeiro na elaboração de um mercado de comércio de reduções de emissões de gases de efeito estufa para o setor industrial do estado (Sistema de Comércio de Carbono).

De modo a proporcionar liquidez, transparência de preços, a BVRio está estruturando uma plataforma de negociação onde oferta e demanda dos ativos ambientais possam se encontrar de modo mais eficiente e seguro.

Espera-se, deste modo, atingir diversos objetivos de natureza econômica e ambiental, incluindo o fomento da economia verde e a implementação de políticas públicas ambientais de modo mais eficiente, tanto para o setor público quanto para o setor empresarial, com benefícios para o meio ambiente e para a economia em geral.

Diretor da BVRio.

Nacionalismo econômico.

*Fernando Rizzolo**

Deu no jornal britânico Financial Times: "a economia brasileira desacelerou e agora 'rasteja' com uma expectativa de expansão de apenas 2% este ano". Poderíamos indagar o porque dessa mudança na expectativa econômica do Brasil e nos lançar, bem ao estilo do Ministro da Economia, a culpar a crise internacional, os banqueiros, num exercício defensivo de simples argumentação.

Já se podia imaginar que os fatores econômicos que afetaram os países desenvolvidos um dia pudessem chegar, como de fato chegaram, aos países emergentes. Porém, é mister salientar que o que ocorreu no vislumbre macroeconômico do Brasil neste ano foi muito mais do que um impacto advindo da crise internacional. Foi, sim, uma participação política e econômica de alguns grupos empresariais, que cobraram uma postura protecionista do Ministro da Economia na defesa da indústria nacional, apelando para a velha proposta de desvalorização da moeda como um ganho secundário nacionalista-econômico que, na realidade, pouco resultado concreto surtiu.

Com efeito, as medidas adotadas com o intuito de evitar a entrada de dólares e conter a valorização do real como a elevação do prazo de cobrança do IOF em empréstimos externos e outras, acabaram trazendo muito mais instabilidade no âmbito da confiança dos investidores internacionais do que as expectativas em relação às medidas, esvaziando assim o discurso nacionalista de parte do empresariado brasileiro, e deixando pouca margem de manobra para o resgate da confiabilidade em investimentos que havia no Brasil antes de toda essa movimentação político-econômica.

Temos, na verdade, problemas cruciais a serem enfrentados no âmbito da competitividade dos nossos produtos no mercado externo, a exemplo do custo Brasil, que envolve a infraestrutura, a imensa carga tributária, os custos trabalhistas e, o pior, a costumeira vontade política de fazer da economia um acervo de propostas que vão ao encontro dos interesses de alguns, muitos dos quais financiadores de campanhas políticas, que acabaram quebrando a continuidade da segurança e confiabilidade da condução monetária que deveria se pautar exclusivamente no aspecto técnico das medidas econômicas.

Acreditarmos apenas no mercado interno e em um real desvalorizado não nos levará a enfrentar os problemas advindos do desaquecimento da economia mundial; se assim agirmos, perderemos a oportunidade da discussão enriquecedora pautada nas nossas deficiências na produção industrial, numa logística moderna de infraestrutura, e em todos os setores que englobam essa cadeia na viabilização da competitividade nacional dos nossos produtos no mercado externo.

Expandir a economia ao redor de 2% é rastejar não apenas no crescimento, mas também aos desígnios da capacidade de transformação de algo técnico como a economia, em pura moeda de troca, cedendo dessa forma a antigas sugestões nacionalistas, que outrora rastejaram no nosso país, provando a história de que as medidas que promovem o caminho mais curto e simples acabam sendo, na realidade, as que imitam as decisões errôneas cometidas no passado, que culminaram e contribuíram com nossa atual inoperância produtiva e competitiva. Tudo por rastejar ao velho e sempre à mão nacionalismo de oportunidades...

Advogado, jornalista, Mestre em Direitos Fundamentais, membro efetivo da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP.

A energia como tema. O Rio como cenário. E você como convidado.
Rio Oil & Gas. 30 anos. Um encontro imperdível.

RIO OIL & GAS
30ANOS
EXPO AND CONFERENCE
1982 - 2012

17 a 20 de setembro de 2012
Riocentro - Rio de Janeiro - Brasil

Patrocínio Ouro

Chevron
petrol brasil
comex
SEBRAE
setebrasil

Patrocínio Prata

accenture
amec
IBE
Ernst & Young Terco
HESS
Ipiranga
UG

Patrocínio Bronze

Baker Hughes
Firjan
FMC Technologies
GAIA
GranTierra
Harris Caprock
IOAL
KBC
TBG
Technip
Transocean

Patrocínio Cobre

AVEVA

Realização
ibp

Inscrições abertas

www.riooilgas.com.br

Como fortalecer o mercado financeiro como instituição democrática.

O capitalismo financeiro tem o poder de transformar o mundo e a vida das pessoas. Essa afirmação é do economista e professor de finanças na Universidade de Yale, Robert J. Shiller, que acaba de escrever o livro "Finance and the Good Society", sobre finanças, direcionado ao público em geral, no qual argumenta que as inovações do mercado financeiro, apesar de tudo, caminham na direção da democratização. Para ele, a possibilidade de melhorar o nível de vida da população é possível com o avanço dos instrumentos financeiros disponíveis, como a ampliação do acesso ao financiamento e ao investimento para todas as camadas da população.

Em seu livro, Shiller sugere alternativas que fortaleçam o capitalismo financeiro como instituição democrática. Por ser um sistema imprescindível, acha necessária a regulamentação e controles eficazes. Em entrevista exclusiva ao jornal Valor Econômico, o especialista cita o sistema hipotecário americano, "que tinha muitas falhas e fraudes, mas mesmo assim democratizou muito o acesso à propriedade". Para ele, os principais problemas são a concentração de renda e a desigualdade, muito difícil de ser solucionada. "Não tenho a solução definitiva, mas não vejo como má ideia o aumento de impostos para as classes abastadas. É preciso reverter os cortes de impostos da era Bush", ressaltou.

Entre as sugestões apresentadas para fortalecer o mercado financeiro, o economista cita a aplicação de leis antitruste - existentes há mais de cem anos - das quais os bancos ficaram a salvo. Para ele é preciso desmembrar corporações, mas o máximo que se propõe atualmente é que as companhias sejam desmembradas ao atingir 10% do mercado, o que em sua opinião, não adianta. Além disso, diz que é fundamental a regulação do setor e a sua frequente atualização. "Os reguladores estão sobrecarregados e só conseguem fiscalizar uma fração ínfima do mercado". Sobre a regulação global dos mercados, Shiller explica que é difícil avançar, mas que houve progressos. Como exemplo, citou a coordenação dos países do G20, que se encontraram e evitaram que a economia mundial entrasse em colapso. Para ele, ainda que um sistema funcional de regulação esteja longe, o contato constante entre os principais países evita que cada um nade em direção diferente.

O economista também falou sobre a atual crise na Europa que, em sua opinião, será revertida, pois os países europesu foram protagonistas do sistema mundial durante vários séculos. Para ele, a austeridade é um erro enorme, "mas com grande apelo entre eleitores, com a metáfora das finanças familiares: se os tempos são duros, é preciso poupar mais... A Espanha convive com altos índices de desemprego há muito tempo, metade dos jovens no país não tem emprego e muitos querem emigrar. Isso é insustentável".

Questionado sobre o crescimento dos emergentes, ele diz que foi extraordinário nos últimos dez anos. Mas que não poderiam continuar nesse ritmo para sempre. "Esses países vão continuar crescendo, só que a um ritmo mais baixo. O importante é que a crise não os leve a abandonar o capitalismo financeiro, de que se aproveitaram tão bem nos últimos tempos", ponderou.

Preservar para poder avançar.

*Ana de Hollanda e Luiz Fernando de Almeida**

Uma natureza absolutamente singular e estonteante foi o que os europeus encontraram chegando ao local onde, no século XVI, instalou-se a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. A Baía de Guanabara e seus arredores - localidade adequada para a instalação de uma cidade em um cenário exuberante - ao longo de mais de quatro séculos de história foram e têm sido palco de grandes e importantes eventos históricos no Hemisfério Sul. A paisagem cultural da cidade do Rio de Janeiro é única no mundo e representa a genialidade, os desafios, as contradições e a singularidade cultural da sociedade brasileira.

A perfeita harmonia entre a paisagem natural e a intervenção criativa e precisa do homem, incluindo o uso e as práticas em seu espaço e suas manifestações culturais, tornaram o Rio de Janeiro internacionalmente conhecido. Mas não basta ser apenas apreciado, esse bem excepcional deve ser compreendido, preservado e, principalmente, compartilhado.

Foi com esse intuito que o Ministério da Cultura e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), associados a parceiros como o governo estadual e a prefeitura do Rio de Janeiro, a Associação de Empreendedores Amigos da Unesco e a Fundação Roberto Marinho, apresentaram à Unesco a candidatura Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar.

A partir de 1992 o conceito de paisagem cultural foi adotado pela Unesco e incorporado como uma nova tipologia de reconhecimento dos bens culturais. No entanto, os sítios já reconhecidos mundialmente nesta categoria estão relacionados a áreas rurais, sistemas agrícolas tradicionais, jardins históricos e outros locais de cunho simbólico.

Ao receber o título, a cidade do Rio de Janeiro passou a ser a primeira área urbana no mundo a ter reconhecido o valor universal da sua paisagem urbana. O título gera, ainda, um compromisso partilhado, já que governo e sociedade passam a ser responsáveis pela preservação e valorização dos critérios que proporcionam à cidade esse seu aspecto singular.

O reconhecimento desse seu valor cultural também deverá propiciar desenvolvimento com sustentabilidade, fomentando e provocando um melhor ordenamento territorial, maior conservação dos recursos naturais e culturais e, em função disto, uma otimização das indústrias do turismo, da cultura, do entretenimento, entre outras.

O desenvolvimento da cidade do Rio tem sido moldado por uma criativa fusão entre natureza e cultura. Este é um valor indissociável da experiência humana, de natureza cultural, que a cidade do Rio de Janeiro oferece para os brasileiros e para todo o mundo. Resultado de um intercâmbio importante, baseado em ideias científicas, ambientais e de projeto, que se materializou em função de criações inovadoras de construção de uma paisagem reconhecida por sua grande beleza por todos aqueles que a conhecem.

A cidade do Rio de Janeiro tornou-se, desde a sua fundação, um dos cenários mais belos do Brasil e do mundo, local onde as manifestações culturais aí produzidas expressam a síntese do viver carioca e que também se tornaram populares em todo o mundo: o samba, a bossa nova, o futebol, o carnaval de rua, as tradicionais festividades religiosas. Paisagem e modo de viver que se veem registrados em relatos de viagem, músicas, obras literárias, filmes e imagens. Esses aspectos mencionados expressam os critérios indicados que caracterizam os valores universais excepcionais do sítio.

A paisagem cultural do Rio extrapola as fronteiras. Ela pertence a todo o planeta e, também por isso, deve ser reconhecida e preservada.

Matéria publicada no Jornal O Globo dia 12/07/2012

* *ANA DE HOLLANDA é ministra de Estado da Cultura. LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA é presidente do Iphan.*

O Brasil na era da tecnologia 4G

Uma nova realidade tecnológica acaba de ser anunciada no Brasil e promete revolucionar a mobilidade e a velocidade de transmissão de dados: é a quarta geração (4G) do celular. Pela avaliação de especialistas, a velocidade real estimada para as redes 4G devem representar um acesso 20 a 40 vezes mais rápido dos que são alcançados pelas atuais redes 3G. Segundo informações da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que recentemente encerrou o leilão realizado da faixa de frequência da rede 4G, que será utilizada pelas empresas vencedoras para a oferta de serviço de banda larga e telefonia móvel, a tecnologia estará disponível a partir de abril do ano que vem em todas as cidades-sede de jogos da Copa do Mundo e ao final de 2013 o sinal deverá estar disponível em todas as sedes e subsedes da Copa de 2014. O principal objetivo do leilão, segundo a Anatel, foi atender à demanda crescente no país por serviços mais rápidos de telecomunicações e oferecer infraestrutura necessária aos eventos internacionais.

As operadoras que adquiriram os lotes do leilão foram Claro, Oi, Tim e Vivo. No total, foram arrecadados R$ 2,930 bilhões com a venda de 54 lotes. As operadoras Claro e Vivo levaram os dois principais lotes de faixas de frequência para oferta da 4G (quarta geração) da telefonia celular, em 2,5 GHz (giga-hertz). O primeiro lote foi vencido pela Claro, que ofereceu R$ 844,5 milhões, ágio de 34% sobre o preço mínimo estabelecido no edital (R$ 630,19 milhões). O lote seguinte foi vencido pela Vivo, com lance de R$1,05 bilhâo e ágio de 66%.

As ofertas apresentadas pela TIM (R$340 milhões) e pela Oi (R$330,8 milhões) tiveram ágio de 7,9% e de 5%, respectivamente, em relação aos R$315 milhões definidos como preço mínimo pela Anatel. Com o resultado, a TIM vai oferecer telefonia móvel com banda larga para áreas rurais do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina, enquanto a Oi fará cobertura para os estados da Região Centro-Oeste e para o Rio Grande do Sul.

Para que tudo isso esteja disponível de acordo com a previsão, entre R$ 12 bilhões e R$ 15 bilhões devem ser investidos. Inicialmente, os aparelhos 4G custarão caro para o consumidor brasileiro. Novos aparelhos devem chegar na faixa de R$ 2.500, preço aproximado atualmente de um iPhone 4S, da Apple.

terminais marítimos

Operamos dois terminas adjacentes no Porto do Rio de Janeiro, o Terminal de Contêineres MultiRio e o Terminal de Veículos MultiCar, ambos sob concessão da Cia Docas do Rio de Janeiro

portos secos

Localizados estrategicamente nas cidades do Rio de Janeiro, Resende e Juiz de Fora, recebemos carga importadas e a exportar sob diversos regimes aduaneiros

terminais aeroportuários*

Geograficamente localizado entre os principais aeroportos brasileiros, o Aeroporto Regional da Zona da Mata está equipado para decolagem e pouso dos maiores aviões cargueiros e de passageiros

logística integrada

Através da nossa rede integrada de portos marítimos, portos secos e terminais aeroportuários, oferecemos soluções customizadas de logística integrada

Usando tecnologia de ponta como: SAP R/3, Navis SPARCS e também software proprietário, oferecemos rastreamento em tempo real de toda a cadeia logística.

* Totalmente operacional até Junho 2011

MULTITERMINAIS
LOGÍSTICA INTEGRADA

Av. Nilo Peçanha 11 - Grupo 405
Rio de Janeiro, Brasil - 20.020-100
Tel +55 21 3095-6600
Fax +55 21 2262-9486

contato@multiterminais.com.br
www.multiterminais.com.br

Recado aos empresários brasileiros.

Raul Hey *

Pergunta para os empresários: você deixa seus rendimentos pessoais parados em sua conta bancária sem se preocupar em investi-los ou, pelo menos, formar uma poupança para o futuro?

Vou repetir a pergunta: você se preocupa em investir os recursos imateriais de sua empresa de modo que eles gerem receita e lucros para a empresa, ou simplesmente não liga muito para o assunto?

Se você acha que as perguntas acima são diferentes, você tem um problema em sua empresa.

O valor de uma empresa nos dias atuais é dado principalmente por seus ativos imateriais, como tecnologia (patenteada ou não), marcas, "*know-how*", redes de relacionamento (relação de clientes, redes de distribuição e similares), certificações (ISO e outras) e direitos de várias naturezas (contratos, concessões e afins). Basta imaginar, por exemplo, de onde vem o valor de uma Apple, Nike, Google e várias outras bem conhecidas gigantes do mercado internacional e constatar que os ativos materiais daquelas empresas são algo entre 0% e 35% de seus valores de mercado.

Mais do que nunca, domina o mercado quem tem como núcleo de seu negócio os ativos imateriais, particularmente os que se enquadram na definição mais técnica de ativos intangíveis.

O que são ativos intangíveis de uma empresa.

Dentre as centenas de definições encontradas para a expressão, pode-se simplificar e dizer que são aqueles bens imateriais sob o domínio ou controle da empresa e que geram benefícios para ela, seja na forma de receita direta seja na forma de vantagem competitiva, seja na forma de valorização do fundo de comércio da empresa ou qualquer outra.

Dentre os ativos intangíveis, existem aqueles que são contabilmente ativáveis (passíveis de inclusão no balanço) e que, portanto, podem ser utilizados como mercadoria, dados como garantia de operações financeiras, usados como aporte em alianças estratégicas e assim por diante.

Como extrair valor daqueles ativos

Dada a diversidade e as naturezas distintas do conjunto de ativos de qualquer empresa, para que se transforme aquele capital intelectual em lucro

necessário se faz um projeto de gestão alinhado com a estratégia da empresa e, mesmo, dela definidor.

Em outras palavras, de nada adianta a preocupação isolada de se patentearem novas invenções surgidas no seio da empresa se aquelas patentes são utilizadas apenas para finalidade defensiva, ou seja, mera proteção das operações da empresa titular. Uma rede de distribuição ou vendas ampla e bem estruturada pode ser "licenciada" para outras empresas que atuem no mesmo território em áreas diferentes, com isto gerando receita adicional para a empresa. As chamadas tecnologias secundárias de uma empresa (tecnologias que apesar de inovadoras e protegidas, não formam parte do núcleo estratégico da atividade-fim da empresa) podem ser licenciadas para outras empresas que necessitem da mesma tecnologia e, até mesmo, para concorrentes sem que isto necessariamente resulte em perda de mercado.

Estes são apenas pequenos exemplos de itens de gestão estratégica de uma carteira de ativos intangíveis e que podem se tornar importante fonte de receita adicional de uma empresa.

O assunto acima levantado é, por assim dizer, moeda corrente já há décadas em países e regiões tradicionalmente geradores de tecnologia como os E.U.A., Europa, Japão e Coréia. No Brasil, apenas agora as empresas que criaram culturas de inovação estão começando a tratar seus ativos intangíveis como seus bens de maior valor e, portanto, centrais à sua estratégia de negócios. São essas empresas que daqui a poucos anos dominarão o mercado brasileiro e se beneficiarão da expansão inevitável para o mercado global.

É hora de aproveitar o momento que passa a economia brasileira e tornar-se um "*player*" no mercado mundial. A não ser que você seja daqueles que ainda guardam o dinheiro embaixo do colchão.

**** Sócio do Dannemann Siemsen Gestão e Avaliação de Ativos Intelectuais - DSGAV.***

Crise econômica poderá ser oportunidade no Brasil !

Ministro da Fazenda apresentou o plano macroeconômico brasileiro para o país crescer durante a crise mundial.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, apresentou a estratégia do Brasil para ganhar competitividade e crescer durante a crise mundial, durante evento na Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). Segundo ele, o Brasil está preparado para enfrentar as adversidades no cenário mundial, e citou a crise econômica como uma oportunidade para o governo fazer mudanças necessárias na economia.

Entre as mudanças importantes em curso para fortalecer a economia, Mantega confirmou a previsão de investimentos de R$ 597 bilhões na indústria entre 2012 e 2015, 29,5% acima do apurado no período de 2007 a 2010. Além disso, citou a solidez fiscal. "Temos juros cada vez menores, um real competitivo e solidez fiscal". Mesmo diante de um cenário negativo, o Brasil possui solidez fiscal maior que em 2008, de acordo com o ministro. Mantega lembrou que a dívida líquida brasileira é de 35% do PIB. "É a menor dívida de todos os tempos", ressaltou.

Para o ministro da Fazenda, a mudança da relação entre a política fiscal e cambial reestruturou toda a economia e os estímulos a investimentos e os incentivos setoriais. Outra importante medida, em sua opinião, foi a aprovação pelo Congresso da Resolução 72, que simplificou a alíquota do ICMS para produtos importados entre operações interestaduais. "Precisamos fazer isso para todas as mercadorias agora, não apenas as importadas", defendeu.

Segundo ele, apesar das medidas adotadas recentemente na União Europeia para a ajuda a países em crise, os grandes problemas ainda não estão resolvidos. "Temos recessão e desemprego na União Europeia e baixo crescimento também nos Estados Unidos e isso já afetou os países emergentes", declarou. Mantega comparou a crise atual à de 2008, que teve epicentro nos Estados Unidos, mas, em sua opinião, "os europeus são mais lentos que o FED (Banco Central) americano para resolução da crise".

Mantega também divulgou, na oportunidade, que o setor de linha branca apresentou crescimento de 13% em junho e acumula alta de 16% no semestre. Em relação ao PIB, a expectativa do ministro é que o crescimento fique entre 3,5% e 4%. "A Petrobras deverá fazer investimentos de US$ 83 bilhões e a Vale de US$ 40 bilhões ainda em 2012", afirmou o Mantega, lembrando que o governo está fazendo a parte dele e que os empresários precisam acreditar nas medidas do governo e investir, e os bancos devem reduzir os spreads e aumentar o crédito.

MOTTA, FERNANDES ROCHA

ADVOGADOS

55 ANOS

Áreas de Atuação

- Administrativo
- Aeronáutico
- Arbitragem
- Bancário
- Concorrencial
- Constitucional
- Contencioso
- Contratos
- Energia, Óleo e Gás
- Família e Sucessões
- Financiamentos, Operações Financeiras Estruturadas e Fundos de Investimento
- Fusões e Aquisições
- Imobiliário
- Infraestrutura e Financiamento de Projetos
- Mercado de Capitais
- Previdenciário
- Private Equity
- Propriedade Intelectual
- Reestruturação e Recuperação de Empresas
- Regulatório
- Seguros
- Societário
- Telecomunicações
- Trabalhista
- Tributário e Planejamento Fiscal

WWW.MFRA.COM.BR

RIO DE JANEIRO

Av. Almirante Barroso, 52 - 5º andar Centro CEP 20031-000

Rio de Janeiro RJ Brasil Tel +55 (21) 2533 2200 | 3257 2200 | Fax +55 (21) 2262 2459

SÃO PAULO

Alameda Santos, 2335 - 10º, 11º e 12º andares Cerqueira César CEP 01419-002

São Paulo SP Brasil Tel +55 (11) 3082 9398 | 2192 9300 | Fax +55 (11) 3082 3272

designground

Educação e a experiência em rede da ciência e tecnologia.

*Mozart Neves Ramos**

Para estimular o processo, esse financiamento muitas vezes ocorreu por Chamadas de Editais.

O financiamento da Ciência e Tecnologia (C&T) no Brasil percorreu um interessante caminho nas últimas décadas. Na década de 1980, por exemplo, quando iniciava a minha vida de pesquisador em química molecular, o financiamento era muito focado no pesquisador. Com o crescimento do número de doutores no país, os órgãos de financiamento começaram a estimular e priorizar os projetos institucionais, evitando dessa forma a sobreposição de financiamento numa mesma instituição.

Era assim o começo da organização institucional da pesquisa no país. Para estimular o processo, esse financiamento muitas vezes ocorreu por Chamadas de Editais. Ao longo do tempo, essas Chamadas se consolidaram, mas num novo formato de organização: as redes de cooperação em áreas estratégicas de pesquisa; por exemplo, eu próprio faço parte da rede de nanotecnologia, mas outras existem, tais como de novos medicamentos. A efetividade da pós-graduação e da pesquisa em C&T hoje no Brasil pode ser aferida não só pelos 12 mil doutores e 35 mil mestres formados por ano, como também pela 13ª posição ocupada pelo país no ranking da produção científica mundial; aqui vale a pena registrar o aumento expressivo do número de artigos publicados em renomadas revistas, as do chamado grupo "Qualis A" da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Ao contrário do que ocorre na C&T, quando nos deparamos com o modelo de financiamento da Educação Básica no Brasil, observamos que ela ainda se dá em um modelo verticalizado, da União para Estados e Municípios, sem nenhum mecanismo que induza a cooperação entre eles. Entretanto, recentemente, o Ministério da Educação (MEC) deu um importante passo para ajudar a mudar esse cenário com a homologação do Parecer e Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) que trata de um mecanismo capaz de promover o regime de colaboração horizontal entre municípios, os chamados Arranjos de Desenvolvimento da Educação.

Esse modelo de gestão já se encontra em curso desde 2009, e tem se mostrado eficiente para promover o processo de cooperação em quase 200 municípios brasileiros, envolvendo institutos vinculados à Educação, como a Comunidade Educativa Cedac, e empresas, como a Vale. Ele foi inspirado no Plano de Ações Articuladas (PAR) desenvolvido pelo MEC, dando mais transparência e foco ao uso dos recursos públicos da educação. Os resultados exitosos observados até aqui levaram a proposição de um projeto de lei de autoria do deputado Alex Canziani, que hoje tramita no Congresso, visando promover o regime de colaboração no formato de arranjos. Ao mesmo tempo, essa matéria foi também alvo de uma emenda no Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE), que tramita na Câmara dos Deputados, no intuito de fortalecer o regime de colaboração, essencialmente para a construção de um sistema nacional de educação.

O ensino no Brasil vem, sem dúvida, melhorando, mas é preciso dar agora, com esses novos instrumentos de gestão, um novo salto. A experiência exitosa do trabalho em rede na C&T - uma rede nada mais é do que um arranjo - e o modelo de Arranjos de Desenvolvimento da Educação podem trazer um novo ambiente para a educação básica. Sem cooperação será difícil para uma boa parte dos municípios brasileiros, que sofrem com as descontinuidades de suas políticas e com a ausência de quadros técnicos, avançar na aprendizagem escolar de seus alunos nos próximos anos. E por fim, uma sugestão para o Ministério da Educação, que poderia empregar o modelo de Chamadas por Editais, usado hoje com grande sucesso pela área de Ciência e Tecnologia, para estimular o regime de colaboração horizontal entre municípios mediante Arranjos de Desenvolvimento da Educação. Com toda certeza isso criaria uma grande mobilização nos municípios para cooperar entre si, além de uma melhor organização do território educacional.

Conselheiro do Todos Pela Educação, membro do Conselho Nacional de Educação e professor da UFPE.

Rio de Janeiro e São Paulo estão na lista das cidades mais caras do mundo.

Tóquio, no Japão, é a cidade mais cara do mundo. No topo da mesma lista figuram ainda Luanda (Angola), Osaka (Japão), Moscou (Rússia), Genebra e Zurique (ambas na Suíça). Segundo uma pesquisa realizada recentemente pela consultoria Mercer, as duas cidades mais caras das Américas, ultrapassando até mesmo Nova York, nos Estados Unidos, são Rio de Janeiro e São Paulo, que ocupam respectivamente a 12ª e a 13ª posição do ranking.

A pesquisa abrange cerca de 200 itens sobre custo de vida e avalia informações como transporte, alimentação, vestuário, eletrodomésticos e entretenimento. O custo de moradia ocupa um papel importante para a definição da pesquisa, que abrange 214 cidades em cinco continentes. Nova York serviu como base de comparação, assim como a moeda americana, cujas movimentações cambiais foram medidas em relação ao dólar, o que pode explicar a posição das cidades brasileiras no ranking, incluindo taxas de inflação, desvalorização das moedas locais, flutuações cambiais, entre outros.

Ainda entre as cidades brasileiras, Brasília (DF) ocupa a 45ª posição e é a quarta cidade mais cara, com uma queda de 12 posições em relação à pesquisa realizada no ano anterior. A cidade de Nova York continua sendo a mais cara nos Estados Unidos, no 33º lugar. Miami, ainda uma das cidades turísticas americanas preferidas dos brasileiros, ocupa o 110º lugar, o que indica subida de cinco posições. Nathalie Constantin-Métral, principal executiva da Mercer, responsável por compilar o ranking, comentou as posições das cidades nas Américas: “Ainda que os aumentos de preços tenham se mantido moderados no geral, a maioria das cidades dos EUA subiu no ranking, principalmente por conta da alta valorização do dólar americano”.

As informações fornecidas pela pesquisa têm sido muito utilizadas por governos e grandes empresas para calcular o valor do salário pago a funcionários transferidos para o exterior, por exemplo, assim como para avaliar a ajuda de custo e a moradia. “Utilizar empregados expatriados está se tornando um aspecto cada vez mais importante da estratégia de negócios nas empresas multinacionais, incluindo o aspecto de expansão. Entretanto, levando-se em consideração a volatilidade dos mercados e o crescimento econômico inexpressivo em muitas partes do mundo, é essencial observar atentamente a relação entre custo e benefício, incluindo os pacotes salariais de expatriados. Certificar-se de que os salários reflitam adequadamente a diferença no custo de vida no país de origem do empregado é importante para atrair e reter os talentos certos onde as empresas precisam deles”, ressaltou Constantin.

Karachi, segundo a classificação, é a cidade mais barata do mundo e ocupa a 214ª posição no ranking. O custo de vida corresponde a menos que um terço quando comparada a Tóquio.

A Mercer é o principal fornecedor de assessoria e dados de mercado para gestão de remuneração internacional e de expatriados e trabalha com empresas multinacionais e governos em todo o mundo. Dispõe de uma das mais abrangentes bases de dados sobre políticas internacionais de expatriação, práticas de remuneração e dados do mundo todo sobre custo de vida, moradia e auxílio de qualidade de vida. Seus fóruns anuais sobre mobilidade global fornecem às empresas as mais recentes tendências e pesquisas sobre questões de mobilidade.

Cinco razões para investir na Colômbia.

País é um dos mais atraentes para investimentos na América Latina.

A Colômbia vem se destacando nos estudos e referências internacionais como um forte país para se fazer negócios. Depois da crise financeira, os fluxos de capital para economias emergentes tiveram um aumento global, e a Colômbia se tornou palco para os principais investidores mundiais.

Entre as principais razões para investir no país, cinco merecem mais destaque:

1 - Plataforma internacional e local.

Em 2014, a Colômbia terá 13 Tratados de Livre Comércio (TLC) com 48 países, alcançando acesso preferencial a mais de 1,5 bilhão consumidores. Há ainda 18 acordos internacionais de investimento (AII) com 50 países e 16 acordos para prevenir dupla tributação (ADT) com 18 países.

2 - Mercado interno atraente.

A Colômbia é a vigésima oitava maior economia do mundo e a quarta na América Latina levando em consideração a Paridade do Poder de Compra (PPA). É o terceiro país com a maior população da América Latina (tem a vigésima quarta população mundial e é o segundo maior país que fala a língua espanhola).

3 - Setor externo dinâmico e em crescimento.

Em 2011, a Colômbia foi o quinto país do mundo no qual mais cresceu o Investimento Estrangeiro Direto (IED), atingindo a marca de 13,2 bilhões de dólares. Segundo balanço cambial do Banco da República, o IED do primeiro semestre de 2012 já soma 9,3 bilhões de dólares, o que corresponde a 70% do valor total do ano passado.

4 - Disponibilidade de mão de obra qualificada.

A Colômbia é o segundo maior país com disponibilidade de mão de obra qualificada, com relações de trabalho mais eficazes e que menos dificulta as atividades empresariais na região, de acordo com o IMD (Instituto de Desenvolvimento de Gestão) 2010. Além disso, a Colômbia tem a força de trabalho mais produtiva da América do Sul, de acordo com o relatório da Pricewaterhouse Coopers de 2009.

5 - Compromisso com o meio ambiente.

De acordo com a Universidade de Yale, a Colômbia é o décimo país no mundo e o primeiro na região que mais protege o meio ambiente.

©id design

Barra Energia.

Paixão na construção de uma história de sucesso.

Somos uma empresa brasileira de exploração e produção de petróleo com sede no Rio de Janeiro, Brasil.

Fundada há apenas dois anos e atuando no setor de petróleo e gás brasileiro, a Barra Energia está estrategicamente posicionada como uma das poucas empresas de Exploração & Produção com ativos na área mais atrativa e de maior prospectividade do pré-sal brasileiro, a Bacia de Santos.

Experiência técnica, criatividade e agilidade foram ingredientes essenciais na construção de um portfólio de alto potencial que já inclui três descobertas no pré-sal, conhecidas como Bem-te-vi, Biguá e a significativa descoberta de Carcará, além de dois campos em desenvolvimento na área do pós-sal, conhecidos como Atlanta e Oliva.

Nosso compromisso é agregar valor a todas as partes interessadas, de forma ética e socialmente responsável.

www.barraenergia.com.br

BARRAENERGIA

MOACIR SANTOS

Vem aí, breve, num belo projeto, o Festival Moacir Santos, unindo grandes nomes da área de produção e de artistas nacionais e internacionais. O festival quer ressaltar a obra desse grande artista, compositor, instrumentista e maestro brasileiro, que conviveu e deu aula para músicos da Bossa Nova, como Baden Powell e Sérgio Mendes. Moacir Santos é também reconhecido como um dos nomes do jazz, já que morou 40 anos nos EUA, onde tocou, fez arranjos e compôs trilhas sonoras de alguns filmes hollywoodianos. Moacir Santos ganhou o Premio Shell 2004 pela importância e pelo conjunto de sua obra e foi agraciado com a Grã Cruz da Ordem do Mérito Cultural do Ministério da Cultura do Brasil. O Festival Moacir Santos terá seis concertos e mesas redondas, nas salas Cecília Meireles e Jardim Botânico. Além disso, o festival oferece às empresas interessadas em patrocinar esse projeto benefícios fiscais por meio da Lei Rouanet, ICMS - RJ ou ISS - RJ.

TREM BALA RIO-SP

O projeto do trem de alta velocidade (TAV) ganhou gás e foi retomado pelo governo Dilma. Até o fim do ano, a estatal ETAV, que coordena o empreendimento, fará licitação internacional para contatar a empresa ou consórcio que assumirá a elaboração do projeto executivo de engenharia do trem-bala, que pode ter grupos estrangeiros na disputa. O estudo deverá demorar um ano para ser concluído. O projeto de engenharia custará cerca de R$ 540 milhões, segundo estimativa preliminar.

PIAGET

A relojoaria e joalheria suíça Piaget apresentou recentemente Alain Riguidel, seu novo diretor de marca. O executivo, que já atuava com o mesmo cargo no Oriente Médio há três anos, agora é responsável pelos novos negócios para a América Latina e Caribe. Riguidel é formado como Mestre em Administração de Negócios pela EDC – La Defense (Paris) e responsável por desenvolver e aplicar estratégias focadas nos mercados em que atua. Fundada em 1874, a Piaget cultiva a constante busca pelo domínio técnico, qualidade diferenciada e ousadia em suas criações. Atualmente a Piaget detém dois recordes mundiais, o relógio mais fino e o mais fino com movimentos automáticos.

PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

O Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) aprovou em Julho de 2012 o ingresso do Rio de Janeiro na Lista do Patrimônio Mundial. O Rio entrou para a Lista na categoria de Paisagem Cultural pelo cenário urbano excepcional da cidade, constituído por elementos naturais que moldam e inspiram seu desenvolvimento. O Comitê também reconhece a relevância da inspiração artística que o Rio oferece a músicos, paisagistas e urbanistas. "Um título mundial, pelo seu valor simbólico, deve contribuir para um pacto permanente em torno de valores duradouros e sustentáveis, selando um compromisso comum em favor desta que é a cidade mais amada pelos brasileiros", destacou o Representante da UNESCO no Brasil, Lucien Muñoz.

LIVROS

A Câmara Brasileira do Livro (CBL), o Sindicato dos Editores dos Livros (SNEL) e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe-USP) divulgaram em julho último os dados da produção e das vendas do setor editorial brasileiro relativo ao ano de 2011. Segundo a pesquisa, o crescimento nominal do setor em 2011 foi de 7,36%. O número de exemplares vendidos no mercado passou de 283 milhões, um crescimento de 9,8% em relação ao ano anterior. Considerando as vendas ao Governo, esse número chega a 13,7%. O setor faturou R$ 3,45 bilhões de reais no ano passado, registrando um aumento de 3% em relação à 2010, quando o faturamento foi de R$ 3,35 bilhões. A pesquisa aponta, ainda, que as livrarias – incluindo as versões virtuais – ainda são o canal mais importante de vendas com 44,9% da participação, seguido dos distribuidores com 23,5%. Houve uma queda significativa nas vendas porta-a-porta de 21,66% em 2010 para 9,07% em 2011.

GUGA

A entrada de Gustavo Kuerten no International Tennis Hall of Fame & Museum, instituição que preserva a história do tênis internacional, foi marcada recentemente em Newport, eternizando mais essa conquista na trajetória de Guga. Desta maneira, o tricampeão de Roland Garros divide com Maria Esther Bueno a façanha de representar o Brasil na galeria dos imortais, que homenageia anualmente personalidades relacionadas ao tênis. O Hall da Fama contabiliza 225 personalidades de 19 nacionalidades. Durante o discurso Guga fez uma breve análise sobre como conduziu sua própria trajetória. "Eu tinha que achar uma maneira de relacionar o tênis e as pessoas certas ao meu redor. Dessa forma, o tênis me apresentou a muitas pessoas, me garantiu muitas experiências. Mesmo as mais difíceis têm um valor imenso", declarou.

EBAY

A maior rede de comércio online do mundo, o EBay comemorou os resultados trimestrais divulgados em julho de 2012, reafirmando as projeções para o ano. A receita da empresa no segundo trimestre cresceu 23% para 3,4 bilhões de dólares, enquanto seu lucro avançou 16% para 730 milhões de dólares, ou 0,56 dólar por ação. As projeções de especialistas para o EBay eram menores do que apresentado, já que se temia a fraqueza na economia europeia e o quanto poderia influenciar as compras no comércio virtual. Entretanto, o EBay disse que seu negócio Marketplaces gerou o maior crescimento orgânico desde 2006 e destacou "forte crescimento" na Europa e na região da Ásia-Pacífico.

GALERIA METARA

Há três anos instalada em Ipanema, na Rua Teixeira de Melo, a Galeria de Arte Metara já faz parte do circuito obrigatório das artes plásticas, mesclando obras de artistas já consagrados em diversas áreas com novos artistas plásticos que iniciam suas experiências em diferentes superfícies, técnicas e conteúdo. A Galeria de Arte Metara estabeleceu-se no Rio de Janeiro, em 1988, após uma bem-sucedida trajetória no exterior em molduras, gravuras e obras de arte em geral. No Brasil, foi pioneira em técnicas de conservação e montagem em papel. A Metara serviu de modelo para outras moldurarias após a introdução de maquinário importado de última geração da Inglaterra e EUA.

SEEDORF

O Botafogo, um dos 12 maiores clubes do mundo do século XX, segundo a Fifa (Fédération Internationale de Football Association), acaba de contratar o craque holandês Clarence Seedorf. O jogador tem passagens vitoriosas pelos times Ajax, Real Madrid e Milan, onde conquistou três títulos da Liga dos campeões da Europa. O Botafogo conseguiu trazer Seedorf num investimento que envolve a Puma, a Havoline e o Gatorade, e está em busca de outros parceiros importantes. O Botafogo conta também com a presença e o apoio de sua grande torcida no Brasil.

METRÔ RIO

Recentemente foram realizados testes com os novos trens comprados na China pelo MetrôRio, que irão operar na linha 2 do metrô carioca. São 19 novos trens (114 carros no total) que reúnem tecnologia de ponta e proporcionarão aos passageiros mais comodidade, rapidez nas viagens e um excelente sistema de climatização. As composições terão ar-condicionado 33% mais potente, que fará a temperatura média dentro dos carros se manter em 23ºC. Outra novidade é o maior espaço interno, planejado conforme desenho de metrôs de outros países. Com isso, a capacidade dos carros é 10% maior do que a dos trens atuais, graças à distribuição longitudinal dos bancos, que oferecerá mais espaço aos passageiros. Através do sistema de gangways (passagens sanfonadas), os passageiros terão mais facilidade de circular e se distribuir entre os carros. Os novos trens serão também dotados de câmeras no interior de todos os carros. Painéis de LED informarão o mapa das estações e orientarão o desembarque dos passageiros.

NOVOS RÓTULOS

A Diageo, grupo britânico no segmento de bebidas, aposta no mercado brasileiro com o lançamento de dois uísques da família Johnnie Walker: o novo blend Johnnie Walker Platinum Label e o ícone de celebração Johnnie Walker Gold Label Reserve. O Brasil é o primeiro país fora da Ásia a receber os lançamentos da marca, que estarão disponíveis a partir de agosto deste ano. São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Brasília e Recife receberão a novidade apenas em bares e casas noturnas de luxo. Os dois rótulos serão lançados também na França, Alemanha, Itália, Espanha e nos Estados Unidos. Segundo dados da Scotch Whisky Association, em 2011 a Escócia embarcou 48% a mais de uísque para o Brasil, alcançando o valor histórico de R$ 259,5 milhões, cerca de quatro vezes mais do que o valor de exportações em 2004.

Tem que ser agora e do meu jeito.

Muito se fala da geração conectada, multitarefas e pouco resiliente. Até nome deram para ela – Geração Y. Mas poucos foram os que se especializaram e se empenharam em estudá-la. Por exemplo, você sabia, que morar uma temporada no exterior faz parte do projeto de vida de 79,3% dos jovens brasileiros? Ou que para 63,8% dos jovens, a universidade é a melhor fase da vida? Tem ideia que 77% dos jovens entrevistados se preocupam com a empregabilidade e que a música é fundamental para 72% do universo entrevistado?

Pois bem, Marcos Calliari e Alfredo Motta publicitários reuniram em um livro que está sendo lançado pela Editora Évora, uma pesquisa sobre a vida dos jovens que nasceram entre os anos de 1980 e 1995 considerados como a Geração Y. Apesar dos autores serem avessos a qualquer terminologia que defina um perfil, grupo ou geração, eles acreditam que a pesquisa é o melhor norte para qualquer empresa que deseja maximizar a abrangência de um produto ou serviço – "a abordagem geracional, que é como se denomina a maneira de fazer leituras dos rumos e atitudes dos grupos ou mesmo dos indivíduos baseadas no contexto em que foram criados e vivem, é uma fonte riquíssima de compreensão e relativamente nova para o Brasil".

Em Código Y – Decifrando a geração que está mudando o Brasil os autores explicam que "os ypsilons são os protagonistas do mundo em que vivemos hoje" e sua forma de atuar no mundo e "o jeito de enxergar a realidade e de interagir com o ambiente socioeconômico molda nosso modus operandi", e acenam com as tendências e regras de comportamento e consumo. Dividido em três partes, a obra conceitua a geração Y, explicando a relação dela com o ambiente escolar, com a família, a carreira e o trabalho, a tecnologia e a diversão e o engajamento político e social; na última parte, Calliari e Motta traçam uma análise sobre o poder de influência e de comunicação do "universo ípsilons".

Empresas de alto crescimento e rentabilidade no Brasil atraem investidores.

*Reginaldo Gonçalves**

As empresas brasileiras e as que estão instaladas aqui, principalmente as que não possuem capital aberto, estão na mira de investidores internacionais, através das modalidade de Private Equity e Venture Capital. Embora estes modelos de investimentos tenham objetivos específicos, nada mais são do que recursos novos colocados na instituição, buscando a melhoria contínua dos seus negócios e a oportunidade de gerar lucros consistentes.

O Private Equity tem como finalidade básica oportunizar a reestruturação da empresa para abertura do seu capital. No Venture Capital, a preocupação é estabelecer alicerces para pequenas e médias empresas com potencial para crescer e remunerar o capital terem sócios ou acionistas novos, que participam do empreendimento e cobram postura dos dirigentes contratados em nível de resultado. Outras formas existem no mercado, mas essas vêm chamando a atenção há algum tempo, em virtude da velocidade como os investidores estão aportando esses fundos que buscam empresas emergentes.

Uma das situações efetuadas através do Private Equity foi o caso da Tok & Stok, na qual, há algum tempo, o Banco BTC Pactual arquitetava a venda para grupos brasileiros, como Casas Bahia, Magazines Luíza, Máquinas de Vendas etc, mas sem sucesso. Recentemente, foi confirmado pelo Banco BTC Pactual a venda para a empresa multinacional Carlyle Group, por cerca de R$ 1 bilhão. No ano de 2011, o faturamento fechou em torno de R$ 750 milhões, mas a meta é atingir em 2012 o patamar de R$ 900 milhões, contando com dois mil colaboradores.

Outra empresa com alto potencial de rentabilidade e controle familiar negociada recentemente é a Daneva, através de Joint Venture com a Legrand. No ano de 2011, o faturamento girou em torno de R$ 68,2 milhões aproximadamente. Ela conta com 500 colaboradores. A participação adquirida foi de 51%, com a perspectiva de compra da sua totalidade a partir de 2014. O preço da negociação não foi revelado.

Os principais motivos da formação desses fundos privados é buscar alternativas de investimentos em empresas que possuem como característica rentabilidade e oportunidades de crescimento, objetivando-se garantir aos investidores alternativas viáveis e seguras de negócio. Para as empresas adquiridas muda significativamente a postura e a forma de gestão, muitas delas deixando de efetuar as transações de maneira doméstica e avançando para um padrão mais profissional. A exigência em busca dos resultados é fator preponderante, com necessidade de autoria interna e externa na condução da gestão empresarial. Em algumas é implantada a governança corporativa, para que os proprietários que fazem a gestão não se envolvam com a parte operacional e passem a ser agentes fiscalizadores das diretorias contratadas.

Para o Brasil, essas modalidades de investimento podem auxiliar o mercado como um todo a crescer de modo sustentável, permitindo vislumbrar estratégias futuras de expansão, a troca de sinergia e aprendizado, com melhoria dos produtos e/ou das estratégias de vendas. Trata-se de um processo de aporte de recursos em atividades produtivas que poderão agregar valores e melhorar a competitividade em diversos segmentos, tanto no mercado interno como também no externo.

**Coordenador de Ciências Contábeis da FASM (Faculdade Santa Marcelina)..*

O papel da comunicação para a Sustentabilidade.

*Fabio Arruda Mortara**

No contexto da Rio+20 é pertinente analisar conceitos epreconceitos relativos ao tema da sustentabilidade. É o caso, por exemplo, de aprofundar a discussão que permeia a impressão de jornais, revistas, livros, cadernos e outros produtos gráficos. Embora em número e intensidade cada vez menores, ainda se difundem informações equivocadas e propaganda alusiva à questão ecológica do papel. Por essa razão, com o intuito de esclarecer a sociedade sobre a intermitente polêmica, a cadeia produtiva da comunicação impressa vem realizando a Campanha de Valorização do Papel e da Comunicação Impressa. Esta iniciativa agrega o valor da conscientização sobre o significado da preservação das matas nativas, da conservação dos recursos naturais, da produção sustentável e do respeito ao habitat como fatores condicionantes àreversão do efeito estufa e das mudanças climáticas.

A importância da cobertura vegetal para o sucesso da missão da humanidade de garantir a vida na Terra é evidenciada em dados do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma): as florestas representam 31% da superfície sólida do planeta, servindo de abrigo a 300 milhões de pessoas egarantindo, de maneira direta, a sobrevivência de 1,6 bilhão de indivíduos e 80% da biodiversidade terrestre.

No Brasil, a cadeia produtiva da comunicação impressa contribui de modo relevante para a preservação desse inestimável patrimônio natural, pois aqui não se cortam árvores nativas para a produção de celulose e papel. Cem por cento desses insumos provêm de florestas cultivadas, que são plantadas para serem colhidas e que ainda proporcionam ganho adicional ao meio ambiente: são absolutamente sustentáveis e seu manejo permite manter grandes áreas plantadas, as quais, na fase de crescimento, sequestram da atmosfera expressivo volume de dióxido de carbono. Em nosso país, as matas plantadas com finalidade industrial absorvem um bilhão de toneladas por anodesse gás, principal causador do efeito estufa. Além de renovável, a mais importante matéria-prima da indústria de comunicação gráfica, o papel, é reciclável.

Todos esses valores agregados, informações e dados têm sido difundidos pela Campanha de Valorização do Papel e da Comunicação Impressa, da qual são signatárias 25 entidades de classe do âmbito nacional. Assim, é pertinente lembrar: toda vez que se veiculam informações equivocadas sobre o tema no Brasil, não se derruba um arbusto nativo sequer para que nossas crianças tenham livros e cadernos e possamos ler jornais e revistas, acondicionar produtos em seguras e criativas embalagens de papel-cartão e desfrutar de todos os benefícios com os quais a mídia impressa contempla nossa civilização.

A despeito do advento dos sofisticados meios eletrônicos, a demanda da comunicação impressa continuará se expandindo, à medida que as nações, como ocorre no Brasil, tenham êxito na inclusão socioeconômica e na redução das desigualdades. Seu crescimento, sob tais perspectivas, é inevitável, pois a demanda relativa a jornais, livros, cadernos e revistas reflete os índices de alfabetização, a universalização do ensino público, a almejada democratização das oportunidades e o acesso ampliado ao conhecimento, inclusive sobre a premência de atitudes cada vez mais ecologicamente corretas por parte da sociedade.

* *Presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (ABIGRAF Nacional) e do Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de São Paulo (SINDIGRAF-SP).*

O crédito e o endividamento do consumidor brasileiro.

A busca por crédito pelos consumidores brasileiros apresentou alta de 14% em maio deste ano, comparado ao mês anterior. Em contrapartida, recuou 7,5% em relação ao mesmo mês do ano passado, segundo a pesquisa "Indicador da Demanda do Consumidor por Crédito", realizada pelo Serasa Experian. Segundo informações coletadas, os consumidores que ganham até R$ 500 por mês, e os que ganham entre R$ 500 e R$ 1.000 mensais foram os que mais expandiram as suas demandas por crédito em maio. As altas foram de 16,3% e de 15% em relação a abril, respectivamente.

Os consumidores com renda mensal mais elevada, entre R$ 5 mil e R$ 10 mil mensais, avançaram suas procuras por crédito em 11,7% e os que ganham entre R$ 1 mil e R$ 2 mil por mês, também apresentaram uma elevação, que chegou a 13,2%. No acumulado do ano, apenas os consumidores de baixa renda, que ganham até R$ 500 por mês, registraram crescimento em termos de demanda de crédito, com alta de 1,9% frente aos primeiros cinco meses de 2011. Todas as demais faixas de renda acusaram quedas em suas demandas por crédito no acumulado de janeiro a maio, com a baixa chegando a 8,9% no caso dos consumidores que ganham entre R$ 500 e R$ 1.000 por mês.

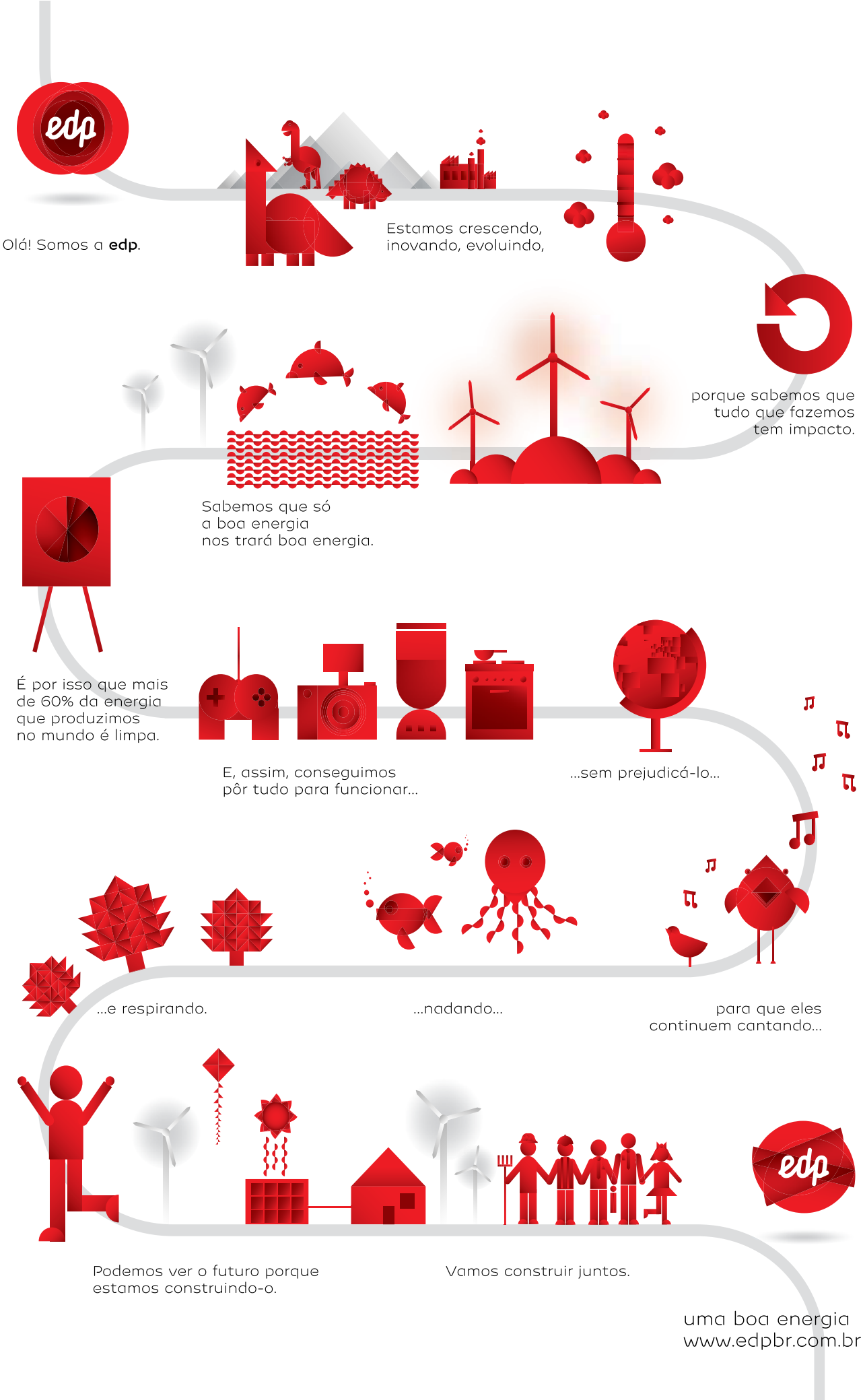
INADIMPLÊNCIA

Embora a procura por crédito no Brasil no primeiro semestre do ano tenha apresentado alta, os níveis de inadimplência e de endividamento do consumidor também impressionam. Segundo uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), 37% dos entrevistados disseram ter algum tipo de endividamento, seja parcelamento de compra, empréstimo ou financiamento.

O estudo também identificou que o percentual de devedores é maior entre os homens, e as pessoas de renda familiar mais baixa apresentam maior dificuldade em pagar as dívidas. Entre os homens 41% revelaram ter dívida e entre as mulheres o percentual ficou em 35%. O endividamento é maior também entre os que têm ensino superior, com 51% ante os 33% com ensino até a 4ª série do ensino fundamental.

Sobre os meios de pagamentos, a CNI destacou que quatro em cada cinco brasileiros optam pelo dinheiro como principal meio de pagamento. Já o cartão de crédito é usado por 13% da população como principal meio de pagamento. A pesquisa revela ainda que mais de um terço da população não possui conta em banco e os que não têm alegam falta de condições financeiras. Ou seja, 60% dos que não têm conta estão nessa situação.

Apenas três em cada dez brasileiros fazem algum reserva de dinheiro. Dos que guardam dinheiro, 68% o fazem por meio de caderneta de poupança e outros 16% ainda guardam os recursos em casa.


Olá! Somos a **edp**.
Estamos crescendo,
inovando, evoluindo,
porque sabemos que
tudo que fazemos
tem impacto.
Sabemos que só
a boa energia
nos trará boa energia.
É por isso que mais
de 60% da energia
que produzimos
no mundo é limpa.
E, assim, conseguimos
pôr tudo para funcionar...
...sem prejudicá-lo...
...e respirando.
...nadando...
para que eles
continuem cantando...
Podemos ver o futuro porque
estamos construindo-o.
Vamos construir juntos.
uma boa energia
www.edpbr.com.br

Tendências nas divulgações corporativas: mais qualidade e menos quantidade.

George Holland *

Em seu conto "Del Rigor en la Ciencia", o escritor argentino Jorge Luis Borges descreve um império em que os cartógrafos eram tão obcecados com a perfeição de seus mapas que chegaram a cobrir a extensão do próprio império com um mapa extremamente detalhado. As gerações futuras, percebendo a falta de utilidade e praticidade deste enorme mapa, o abandonou para ser consumido pelas intempéries do vasto deserto.

Na esfera corporativa, este conto de 1954 se mostra bastante atual quando verificamos, nos últimos 10 anos, o grande aumento nas divulgações das empresas de capital aberto no Brasil e no mundo.

Como exemplos, apenas o Formulário de Referência (análogo ao 20-F da SEC) da Vale e da Petrobras possuem respectivamente 450 e 457 páginas e para o setor de celulose e papel no Brasil (Fibria, Suzano, Klabin e Irani) totalizam 1086. São relatórios extensos, com redundâncias e repetitivos em relação aos anos anteriores.

Alguns fatores recentes explicam este cenário em que se privilegia o número de páginas e da quantidade de informações em detrimento da análise mais objetiva e de qualidade. Dentre eles:

1. Novas leis/ reformas decorrentes de fraudes e crises financeiras como Sarbanes-Oxley de 2002 (após as fraudes da Enron e Worldcom) e Dodd-Frank de 2010 (após a crise financeira mundial).

2. Introdução de novos requerimentos contábeis de divulgação por órgãos reguladores ou novas instruções sem a revisão de seu impacto na extensão e utilidade nos demonstrativos.

3. Dificuldade em aplicar a Instrução IAS 1 no qual estabelece que as empresas não precisam divulgar informações não materiais em seus demonstrativos.

4. Divulgação adicional de informações sobre sustentabilidade ainda que não padronizadas e/ou verificadas.

5. Manutenção de obrigatoriedades anacrônicas como a divulgação dos balanços em jornais de "grande circulação".

Percebendo o potencial para melhorar as demonstrações corporativas, diversas entidades de contabilidade, investidores, lideres empresariais e órgãos reguladores estão debatendo estas questões e sugerindo ações práticas. Ainda que não estejam validadas oficialmente pela FASB e IASB, mostram a tendência em melhorar as demonstrações com informações mais objetivas e de maior qualidade.

Segue o resumo destes estudos e publicações que julgo mais relevantes. Todo material detalhado pode ser acessado neste link ou nos respectivos links abaixo:

1. Losing the excess baggage – reducing disclosures in financial statements to what's important. Estudo publicado pela Institute of Chartered Accountants of Scotland (ICAS) e New Zealand Institute of Chartered Accountants (NZICA) com a revisão das normas IFRS solicitada pela própria IASB, representando uma redução de 30% nas demonstrações com a redução de informações imateriais e redundantes.

2. Cutting Clutter: Combating clutter in annual reports. Publicado pela United Kingdom's Accounting Standard Board (ASB), sugere ações para reduzir tanto a imaterialidade nas divulgações que dificultam as análises como as informações repetitivas.

3. Integrating the Business Reporting Supply Chain. Pesquisa realizada pela International Federation of Accountants (IFAC) com líderes de auditorias, CFOs e analistas de mercado com recomendações para tornar as divulgações mais objetivas, integradas e padronizadas.

4. Towards Integrated Reporting: Communicating Value in the 21st Century – publicado pelo International Integrated Reporting Committee (IIRC) com a participação de acadêmicos (ex: Nelson Carvalho da FEA/USP), investidores, agências reguladoras e líderes empresariais para trazer maior clareza, objetividade e integração das informações financeiras e responsabilidade social.

5. Tomorrow's Corporate Reporting: A Critical System at Risk. Publicado pela Chartered Institute of Management Accountants (CIMA) em conjunto com a PwC e Tomorrow's Company. Fazem uma abordagem sistêmica e integrada para propor melhorias em toda cadeia envolvida desde a definição, regulamentação, preparação até a divulgação e análise dos demonstrativos.

6. Trends in Sustainability Reporting. Artigo publicado na revista Strategic Finance em Dezembro/2011, indicando as seguintes tendências nos relatórios de sustentabilidade:

a. Aumento na quantidade de empresas que divulgam dados sobre sustentabilidade e aumento da qualidade das informações.

b. Integração dos dados de sustentabilidade com as decisões de gestão

c. Padronização da divulgação

d. Globalização dos indicadores de sustentabilidade

7. Melhores práticas de elaboração e divulgação de Relatórios Anuais, em audiência pública até 18/Fev/2012 a ser emitido pelo CODIM no futuro próximo com eventuais aprimoramentos. Focado no mercado brasileiro.

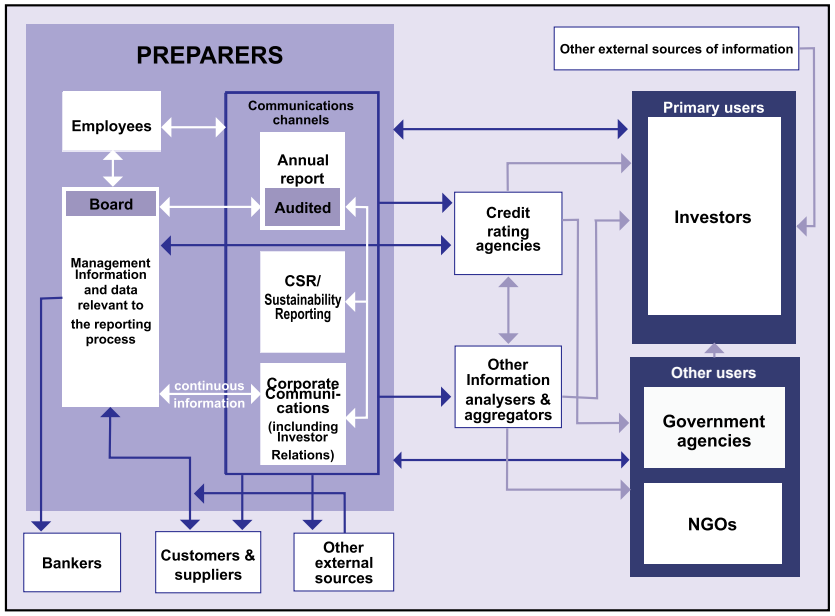
8. Outros links de interesse:

a. Read all 2,300 pages of Dodd-Frank or read this – Bloomberg BusinessWeek – Jan 16th 2012

b. Too big not to fail – The Dodd-Frank Act – The Economist - Feb 18th 2012

c. Tomorrow's Company

É importante colocar esta discussão na pauta das entidades brasileiras comprometidas com melhorias contínuas no setor como IBEF, IBRI, CVM, CPC, órgãos reguladores, auditorias e investidores para avaliar, em conjunto, como a análise e prestação de contas podem ser mais eficientes com a integração de informações relevantes e minimização do ônus com retrabalhos e redundância de informações nas Demonstrações Corporativas.



** Integrador SAP Financials, Consolidação e Business Intelligence.*

Islândia: modelo de recuperação econômica

Rita Lobo *

Quem anda pelas ruas de Reykjavík hoje não acredita que a meros quatro anos o país inteiro estava em reviravolta. A Islândia foi o primeiro dominó a cair quando a crise tomou de supetão o mercado financeiro mundial em 2008. Após anos de desregulamentação econômica e empréstimos interbancários descontrolados, o bancos da pequena ilha no norte do Oceano Atlântico começaram a enfrentar dificuldades para refinanciar suas dividas. Eventualmente o crédito acabou e os bancos da ilha se tornaram inadimplentes e quebraram. À primeira vista, a crise na Islândia não é tão diferente da crise que a Europa enfrenta até hoje, mas o modo como a pequena ilha lidou com os seus problemas bancários e financeiros fez toda a diferença e garantiu sua recuperação rápida.

As consequências desse default foram catastróficas. O desemprego disparou para mais de dez por cento, a ruas da capital foram tomadas por protestos raivosos e muitos islandeses emigraram. Na hora do aperto o Banco Central Islandês e o governo decidiram não resgatar os seus três bancos principais, ao contrario da Europa. O resultado foi uma queda de valor da moeda local, o krona, em mais de 60 por cento. Uma ilha pequena como a Islândia depende de produtos importados e com a desvalorização do krona os preços desses produtos dispararam. O colapso dos bancos locais acabou arrastando grande parte da economia da ilha para o fundo do poço.

A primeira medida após o colapso foi pedir socorro ao FMI, que providenciou um empréstimo de 10 bilhões de dólares. Com a moeda desvalorizada, o mercado de exportações aumentou, e indústrias tradicionalmente islandesas que estavam em baixa, como a pesca, voltaram a crescer. Com o pacote do FMI, a Islândia teve que repensar parte da sua política fiscal, mas ao contrário da zona do euro que optou por medidas de austeridade severas, o governo decidiu aumentar a previdência social

e o auxilio financeiro, dessa forma eles garantiram que o consumo doméstico continuasse em alta, fortalecendo a economia.

Após dois anos de queda o PIB islandês cresceu 2.5 por cento em 2011, e a previsão é que crescerá o mesmo esse ano, apesar do crise europeia. Ao longo dos quatro últimos anos, houve momentos difíceis, a indústria financeira da ilha continua um desastre, e há muito pouco capital para investimentos. Além do que, o desemprego na ilha continua elevado a sete por cento da população, melhor do que os dez por cento atingidos no auge da crise, mas longe da média de três por cento dos 20 anos antes. Mas em fevereiro desse ano a Agência Fitch finalmente elevou o status da dívida islandesa de 'lixo' de volta a um nível de investimento e o país voltou a obter empréstimos no mercado internacional. A Islândia continua sendo o único país que iniciou processos criminais contra os banqueiros irresponsáveis e o ex-Primeiro Ministro Geir Haarde, acusado de ter causado a crise via suas medidas de desregulamentação. Isso por si só é um bom exemplo a ser seguido por outros países atingidos pela crise.

Dessa forma a pequena ilha se recuperou de um desastre econômico. As duas últimas parcelas da dívida ao FMI foram pagas adiantadas, e outra parte foi renegociada visando obter juros mais favoráveis perante a recuperação sólida da economia local. Mas o modelo de recuperação econômico da Islândia, apesar de excelente, não pode ser considerado um exemplo perfeito para o resto da Europa em sua totalidade. Primeiro porque a população da ilha mal chega a 330 mil habitantes, portanto o valor da crise era apenas uma fração da crise europeia. Além disso, a Islândia, isolada no norte do oceano, produz mais de 80 por cento da sua energia, via usinas termoelétricas e turbinas eólicas; países em crise como a Espanha e a Grécia importam em torno de 70 por cento da sua energia, se estes países sofressem uma desvalorização comparável à que sofreu o krona, só a conta de luz desses países seria o suficiente para levá-los a falência. A lição mais importante que podemos aprender com a recuperação milagrosa dessa pequena ilhota gelada é que crescimento pode ocorrer em tempos de crise, contanto que o consumo doméstico continue elevado.

Essa é uma lição que a zona do euro, infelizmente, resiste em aprender.

**** Jornalista na Revista World Finance e correspondente free-lancer em Londres.***

Competitividade X Guerra Fiscal

Julio Alfredo Rosa Paschoal *

A discussão dos dois temas nos remete a repensar as especificidades que envolvem a aplicação das regras do sistema capitalista, presente nas economias ocidentais. O regime em tela faz apologia à concorrência e à propriedade privada dos meios de produção.

A modelagem da concorrência não blinda nenhum estágio, portanto, não há como defender, no seu âmbito, apenas a concorrência entre pessoas e empresas, visto que faz parte, também, do seu escopo, a competição entre os entes federados a saber: municípios, estados e nações.

A transição do processo de globalização econômica para a financeira, verificada pelo rompimento do conceito de taxas de câmbio fixas e de juros subsidiados, para o regime de flutuação trouxe as nações ocidentais, na entrada da década de 1970, desequilíbrios em seu balanços de pagamentos e instabilidade de ordem interna e externa.

Não obstante aos problemas já comentados, mais precisamente em 1975, no Brasil, a lei complementar nº 024 foi instituída com a finalidade de garantir, no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária, a realização de convênios a ser aprovados, por unanimidade, entre os estados federados, quando da concessão de subsídios fiscais.

Os reflexos da flutuação das taxas de câmbio e juros, mais a crise da matriz energética, à época, impôs aos estados nacionais desequilíbrios fiscais e / ou financeiros, levando-os a conviver com uma série de crises, como a vivenciada pelo Estado brasileiro no início da década de 1980.

O resultado desse processo foi a quebra do planejamento criado para a implantação do programa de substituição de importações, que também tinha como mote o desenvolvimento de uma política nacional de desenvolvimento.

Como mencionado, no âmbito da economia mundial, um movimento ganhava força, a globalização dos mercados. No cenário global, a inserção dos países de forma menos dependente estava diretamente relacionada ao nível de competitividade dos produtos de origem local. Como não havia uma política nacional de desenvolvimento capaz de dar aos produtos provenientes das unidades da federação a competitividade necessária nas operações interestaduais e externas, coube a cada estado lançar mão de seu principal imposto, o ICMS, na forma de subsídio, para assegurar essa condição aos produtos das empresas beneficiárias e, ainda, promover políticas de desenvolvimento regional.

A prática dessas concessões pelos estados sem a realização de convênios, no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária, intitulou a competitividade legítima do sistema capitalista em guerra fiscal, fato que não condiz com a realidade, uma vez que a competição entre as unidades federadas faz parte da essência do capital, tal como ocorre entre as pessoas e empresas.

A dificuldade de aprovação dos convênios, no cerne do Conselho Nacional de Política Fazendária, em cumprimento aos dispositivos da lei complementar nº 024/75, nos remete a defender a retirada dessa prerrogativa pela concessão dos subsídios, por 3/5 de seus membros.

A modificação proposta tem o intuito de tornar as concessões fiscais legítimas perante a entidade, retirando a responsabilidade do Superior Tribunal Federal de aceitar e/ou propor ações diretas de inconstitucionalidade, contra

programas assentados na "competitividade" e não em guerra fiscal.

Os programas citados têm atuado no sentido de conter historicamente as desigualdades sociais e regionais, alimentadas pelo processo de concentração das concessões de incentivos fiscais federais prioritariamente em São Paulo, em conjunto com as economias de aglomeração da época. Entre 1970 e 1982 houve a desconcentração em direção aos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e, nos períodos seguintes, uma reconcentração em direção às cidades médias dos mercados consumidores potenciais, exceto em suas capitais, face às deseconomias de aglomeração.

No século XXI, o movimento que vem diminuindo esse processo de reconcentração passa, necessariamente, pela concessão de incentivos financeiros e/ou fiscais no âmbito regional. A finalização desses colocaria em cheque todos os indicadores macroeconômicos alcançados pelos estados, daí a necessidade de manter a competitividade fiscal legítima entre as unidades da federação.

** Economista e Conselheiro Federal de Economia.*

www.gaiasilvagaede.com.br

GAIA · SILVA · GAEDE & ASSOCIADOS

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

Tributário · Societário · Energia · Oil & Gas · Navegação
Telecomunicações · Financeiro · Econômico

ESCRITÓRIOS

SÃO PAULO, SP
Rua da Quitanda, nº 126
Fone: +55 11 3797-7400
e-mail: gaiasp@gaiasilvagaede.com.br

RIO DE JANEIRO, RJ
Av. Rio Branco, 116 - 9º E 10º andares
Fone: +55 21 2506-0900
e-mail: gaiarj@gaiasilvagaede.com.br

CURITIBA, PR
Rua Mal. Deodoro, 344 - 14º andar
Fone: +55 41 3304-8800
e-mail: gaiapr@gaiasilvagaede.com.br

BELO HORIZONTE, MG
Avenida do Contorno, 7069
Salas 508 a 512
Fone: +55 31 2511-8060
e-mail: gaiabh@gaiasilvagaede.com.br

BRASÍLIA, DF
SRTVN Quadra 701 Conj.C nr. 124
Ala A Salas 519 e 521
Fone: +55 61 3327-9947
e-mail: gaiadf@gaiasilvagaede.com.br

SÃO PAULO · RIO DE JANEIRO · CURITIBA · BELO HORIZONTE · BRASILIA

ESCRITÓRIOS CORRESPONDENTES: **BUENOS AIRES · LIMA · SALT LAKE CITY · MIAMI · NEW YORK**

Redes sociais nas empresas: educar é a solução

*Fábio Santos Ribeiro**

Como lidar com as redes sociais no ambiente de trabalho? Esta é uma questão que vem merecendo a atenção de gestores de recursos humanos das principais empresas do mundo. Não é novidade que a internet, as redes sociais e os smartphones vêm provocando uma revolução comportamental, fazendo com que as pessoas estejam conectadas 24 horas por dia. Acessar e-mail, postar no Facebook e assistir ao vídeo do momento no Youtube são ações que cada vez mais fazem parte do nosso dia a dia. Porém, esses mesmos avanços que democratizam a informação e trazem facilidades também são responsáveis pelo surgimento de políticas nas empresas sobre o uso dessas ferramentas durante o expediente de trabalho. Na verdade, há o medo de que o funcionário use a rede social para falar mal da empresa ou divulgar alguma informação delicada. Além disso, há quem acredite que os funcionários possam perder em produtividade por passarem o dia inteiro navegando na internet.

Isso ainda leva, mesmo que o número esteja diminuindo, a casos de empresas que decidem proibir o acesso às redes sociais nos computadores corporativos. Esse posicionamento intransigente aponta algumas questões: ainda há organizações que não compreendem o momento em que nós vivemos, que não confiam no bom senso de seus funcionários e não procuram a educação como alternativa. O computador não é mais necessário para acessar a internet. Nos anos 90 a proibição poderia até ter algum sentido, mas nos dias de hoje os smartphones estão aí, tornando-se mais populares a cada dia, oferecendo a possibilidade de se conectar à internet no trabalho, na academia, no ônibus, seja aonde for.

Além disso, um posicionamento rígido contra o uso das redes sociais diminui as chances de manter funcionários, além de criar um obstáculo à contratação de novos. O que as empresas devem ter em mente é que a geração que está entrando no mercado de trabalho já nasceu inserida nesse mundo tecnológico onde celular, computador e internet são ferramentas que eles conhecem desde a infância. Para eles, os dispositivos tecnológicos são uma necessidade imprescindível. São jovens que conseguem falar com amigos ao telefone, enviar mensagens, fazer uma planilha e ouvir uma música. Tudo ao mesmo tempo. Pesquisas apontam que essa geração não coloca o salário como uma das prioridades na hora escolher o emprego. Para eles, o ambiente de trabalho e o perfil da empresa são itens bem mais relevantes na hora de decidir seu futuro profissional. E já há pessoas que não

cogitam trabalhar em empresas que proíbem o uso de redes sociais. O que significa dizer que empresas mais tradicionais podem encontrar dificuldades na hora de atrair novos talentos.

Proibir não pode ser a solução. Hoje é o computador, mas amanhã surgirão outros dispositivos que irão atentar contra a concentração do funcionário. Por isso, a melhor alternativa é investir em educação. Através de suas áreas de Recursos Humanos, as empresas devem procurar desenvolver ações que conscientizem e dialoguem com os colaboradores, indicando que há momento para tudo, inclusive para navegar na internet, e que certas situações ou profissões não permitem distrações, sejam elas quais forem. O educar deve ir além, ensinando que deve haver limites no uso da internet e, principalmente, das redes sociais, alertando para o que é dito e publicado durante o expediente de trabalho.

Na verdade, estamos em um processo de amadurecimento, enfrentando um desafio, onde se deve alinhar a cultura e as necessidades da empresa com uma geração sedenta pelo uso diário da tecnologia. Não existe uma regra universal que seja válida para todas as organizações, mas o simples proibir não cabe mais. Ignorar a responsabilidade de educar e apenas negar o acesso aos dispositivos tecnológicos pode colocar em risco a imagem da empresa, afastando-a de bons profissionais e prejudicando o futuro da organização.

Presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-RJ)

AVAYA
BusinessPartner

SUA SOLUÇÃO EM CONTACT CENTER E TELECOM

QUALIDADE + BOM ATENDIMENTO = **FIDELIZAÇÃO DO CLIENTE**

A Central 24 Horas faz muito mais que um simples atendimento. Nós cuidamos das necessidades do seu cliente: SAC, pesquisas, venda e pós-venda, cobrança e outros serviços por telefone e via web.

Também implantamos soluções avançadas de comunicação: telefonia tradicional, híbrida ou IP. Entre em contato e conheça soluções sob medida.

central 24 horas

www.central24horas.com.br
comercial@central24horas.com.br
(21) 3512 1226

128 anos de trem no Corcovado.

*Marília Neves**

A Estrada de Ferro do Corcovado, que em outubro completa 128 anos de glória, história que se confunde com a própria urbanização do Rio de Janeiro, foi re-privatizada em 1984, depois de um período inédito de 14 anos com empresa estatal.

E tem muito o que comemorar! Vejamos: o fluxo de passageiros que chegou na década de 90 a transportar somente 230 mil pax/ano, hoje bate a marca recorde de 1 milhão de pax/ano.

Os cenários, interno e externo, mostram uma crescente expansão do Turismo, esta atividade econômica que já responde por 3% do PIB nacional, gerando renda e muitos, mas muitos, empregos por todos cantos do país.

Em 2007, numa dura campanha, liderada pelo Trem do Corcovado e apoiada por diversas Entidades Civis e Entes Públicos, o Brasil todo viu seu candidato "Monumento ao Cristo Redentor" receber o título vitalício e definitivo de uma das "Sete Maravilhas do Mundo". Era o que nos faltava: um grande ícone, agora internacional, para servir de garoto-propaganda deste novo Brasil que se abre para o mercado do Turismo.

O Brasil e, particularmente o Rio, está no epicentro dos maiores eventos do planeta que acontecerão nesta década de ouro. A Copa e os Jogos Olímpicos são somente as maiores atrações de uma série extraordinária de mega-eventos.

Para fazer frente a este desafio de adaptar a estrutura existente com a nova demanda gerada por este ciclo virtuoso, no Trem do Corcovado já foram investidos nestes anos, mais de R$ 120 milhões em melhorias e obras físicas, com a criação do Espaço Cultural, auditório, sala VIP, novas estações de embarque e desembarque; automação do sistema de bilhetagem; participação em Feiras e Congressos no Brasil e internacionais; investimento em promoção da imagem institucional; reforma dos trens; paisagismo ao longo da ferrovia; e, principalmente, no seu mais valioso ativo, a qualificação constante do corpo de colaboradores.

Talvez, analisando a área de Recursos Humanos, se explique o sucesso deste enorme desafio de se erguer uma empresa centenária que que precisava acompanhar o desenvolvimento do turismo no Brasil e no mundo. A tão desejada Participação de Lucro, conquista de todos na empresa, fez o colaborador mais comprometido, participe deste esforço pelo melhor resultado.

Existe o projeto de se modernizar e ampliar a capacidade de transporte de turistas, com a aquisição de novos trens, que será a quarta geração de locomotivas, todas vindas da mesma fábrica suíça, especializada na fabricação desta máquina, única no Brasil: os trens de cremalheira.

Considerando esta nova realidade projetada, para dar mais conforto e segurança aos usuários do sistema, incluindo aí, além dos novos trens; estacionamento; novo lounge da estação principal e serviço turístico coordenado com o Complexo de Paineiras revitalizado, estarão sendo investidos nos próximos quatro anos, com recursos exclusivamente privados, mais outros R$ 150 milhões.

Portanto, esta empresa acredita firmemente no Brasil, na capacidade da Cidade Maravilhosa de atrair mais visitantes e, principalmente, nesta atividade _ TURISMO -, vocação primeira do Rio, reconhecida no mundo todo como aquela que mais cresce.

Precisamos estar atentos e preparados para não perdermos esta enorme janela de oportunidades.

** Presidente do Conselho de Administração do Trem do Corcovado.*

Éramos nós: a crise americana e como resolvê-la.

Thomas L. Friedman, colunista do New York Times e autor de O mundo é plano, e Michael Mandelbaum, da prestigiada Universidade Johns Hopkins, discutem as origens da crise americana e alternativas para sua resolução no livro Éramos nós: A crise americana e como resolvê-la, da editora **Companhia das Letras** em uma conversa informal e agradável, através de uma viagem que começa com a construção do sonho americano e desembarca na recente crise que abalou Wall Street e o mundo.

A partir de uma escada rolante emperrada numa estação de metrô em Washington e durante as 24 semanas seguintes até o seu conserto, os amigos analisam a atual letargia da sociedade em que nasceram — e de que tanto se orgulham — e discutem como enfrentar seus enormes desafios. Eles se lembram dos valores que tornaram os Estados Unidos a maior potência do planeta, esclarecendo por que esses ideais foram abandonados. Apresentam números chocantes, como o fato de, em 2009, os consumidores do país terem gasto mais em batatas fritas do que a quantia destinada pelo governo ao desenvolvimento de matrizes energéticas. A partir de exemplos como esse, os autores traçam o perfil de uma nação apática, com uma dívida pública estratosférica, infraestrutura defasada e educação de base em frangalhos.

São questões definitivas em um mundo globalizado, no qual a revolução da tecnologia da informação está alterando completamente a circulação de pessoas, informação e serviço. Estressante demais? É o que se perguntam os autores, para em seguida responder que "estresse é o que você sente quando não consegue entender o sotaque chinês do seu primeiro chefe — no único emprego que lhe oferecem ao sair da faculdade".

Investimentos sociais.

*Thomás Tosta de Sá**

O ingresso na classe média com mais de 25 milhões de brasileiros, na última década, coloca um novo desafio para o Brasil: o aumento de investimentos sociais em educação, saúde, segurança, infraestrutura de saneamento, transportes e habitação. Consciente do aumento da demanda por esses investimentos, para atender à nova classe média brasileira, que representa cerca de 100 milhões de brasileiros, o Governo Lula lançou o PAC.

A Presidente Dilma, responsável por esse programa no governo anterior, priorizou em sua campanha, não só a continuidade do programa, mas a sua ampliação. Entretanto, indicadores publicados sobre a execução do PAC não são animadores.

A classe política brasileira, sempre observando o calendário eleitoral, não percebeu ainda a mudança nos anseios da maioria da população brasileira por essa nova realidade e continua insistindo no aumento de gastos com benefícios sociais: eliminação do fator previdenciário, sem a contrapartida de idade mínima de aposentadoria, redução da jornada de trabalho, manutenção de um regime de pensões, de alto custo para a previdência e profundamente injusto.

Como consequência o Brasil continua sendo um país com baixa taxa de formação de poupança em relação às demais economias emergentes. Há décadas o governo, com a elevação de gastos correntes, perdeu sua capacidade de poupar e de investir. O setor privado tem sido responsável, por outro lado, pela manutenção da formação da poupança nacional.

A crise europeia, que estamos presenciando, deve servir de alerta para que adotemos medidas, imediatas, para não impor à geração de nossos filhos e netos o caos que estão vivenciando a Grécia e outros países europeus.

O Brasil se beneficiará, nos próximos 20-25 anos, de um bônus demográfico que permitirá equacionar o problema previdenciário das próximas gerações sem impor-lhes o sacrifício que vem sendo exigido de vários países europeus e não apenas da Grécia.

Grécia, Portugal e Espanha receberam dos demais países europeus, para entrarem na Comunidade Europeia, nos anos 80, um “dote” a fundo perdido de dezenas de bilhões de dólares. A Europa vivia ainda um período de crescimento econômico que lhe permitia essas concessões.

Aliás, desde o final da Segunda Guerra mundial, quando os Estados unidos criaram o Plano Marshall para reconstruir o continente, a opção da maioria desses países foi por um “Welfare State” em que se privilegiou de forma crescente a concessão de benefícios sociais.

Gradualmente, os países europeus, com algumas exceções, perderam competitividade. Como dizia o Premio Nobel de Economia, Prof. Milton Friedman, ”não há almoço grátis na economia”.

A aprovação do projeto de lei da previdência complementar do servidor público é uma forte sinalização de que o governo está preocupado com a enorme ameaça para nossas futuras gerações. No entanto, ainda teremos que enfrentar, em seguida, a mesma ameaça que se apresenta para todos aqueles que contribuem para o regime geral da previdência, o INSS.

Há inúmeras propostas para a criação de um novo modelo previdenciário que permitem aproveitar o bônus demográfico, dos próximos 20 a 25, e evitar que venhamos a sofrer os problemas enfrentados pela Europa de hoje.

Os benefícios previdenciários no Brasil já representam quase 12% do PIB, enquanto que na Comunidade Econômica Europeia estão por volta de 8%. A projeção para o crescimento de benefícios previdenciários, se não corrigimos os erros do modelo brasileiro, indicam despesas de mais de 16% do PIB para os próximos 30 anos. Acrescente-se a isso o fato que com a elevação da expectativa de vida os gastos com saúde também vão crescer de maneira acelerada.

No Brasil, ao optarmos por mais gastos sociais para as gerações presentes, ao invés de mais investimentos sociais, estamos sacrificando os jovens de nossa geração e os condenando a um desastre quando atingirem sua idade de aposentadoria.

O Brasil ainda é um país jovem, e com a ascensão da nova classe média a demanda pelos investimentos sociais e infraestrutura será cada vez maior. O mercado de capitais brasileiro, com a perspectiva da redução da taxa de juros no país, poderá dar uma enorme contribuição para o aumento destes investimentos.

**** Presidente do IBMEC- Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais e ex-presidente da CVM.***

Confiança, Compromisso, Segurança...

Estas palavras ficariam soltas se não houvesse o trabalho de 10 anos dedicados a você e a sua empresa.

10 ANOS

BRANCO

Uma história de sucesso.

brancoconsultores.com.br

ADVOGADOS | CONSULTORES TRIBUTÁRIOS | PERÍCIAS CONTÁBEIS

Relações Públicas ao alcance de todos.

*Manuel Marcondes Neto**

Quero compartilhar, com o público em geral, minha experiência de muitos anos de docência, consultoria e gestão junto a empreendedores de pequeno e médio porte, em particular - grandes organizações já conhecem e utilizam -, e apresentar uma abordagem diferente de comunicação, uma visão que denomino "relações públicas plenas".

Ao lado dos consagrados 4 Ps do Marketing (Produto-Preço-Praça-Promoção), proponho os 4 Rs das relações públicas - uma abordagem mais compreensível da atividade, a partir de demandas muito conhecidas: reconhecimento junto à sociedade, relacionamento com públicos-chave, relevância no mercado e a construção de uma boa reputação; ou seja, resultados que todo mundo quer, para si, individualmente, ou para o seu negócio. O objetivo? Transparência.

1) **Reconhecimento em seu meio social**

O reconhecimento é uma propriedade - da pessoa pública ou da organização - que significa pronta identificação por seus públicos de interesse (os chamados stakeholders) como distinta, única, e assim reconhecida pela sociedade em geral, que é o conjunto maior desses públicos.

Há quatro táticas específicas que podem auxiliar personalidades ou gestores na obtenção do reconhecimento. Cito duas:

- identidade bem desenhada e bem executada, desde a criação da marca até a aplicação no dia a dia operacional: viaturas, uniformes, escritórios, propaganda, website etc.

- imagem de marca - sobretudo para pessoas físicas, em que não há uma "embalagem", uma "sede", ou seja, elementos acessórios identificáveis. Trata-se de construir a "persona" do indivíduo - cientista, atleta, artista etc. - em termos de comportamento e modo de se comunicar.

2) **Relacionamento com públicos-chave**

Matéria-prima das relações públicas, o relacionamento de uma organização com seus públicos-chave é assunto que requer gestão especializada. Isto porque, por vezes, os interesses são antagônicos entre dois ou mais grupos reunidos sob o comando de uma mesma organização. Exemplo: grupo de empregados sindicalizados e grupo de gestores.

Tratar de grandes questões corporativas (tais como a instalação ou o fechamento de uma unidade fabril ou fusão com/compra de um antigo concorrente) diante de públicos diversos é matéria para ser trabalhada com muito planejamento. É proibido improvisar.

Duas das quatro táticas mais consagradas no relacionamento: a preocupação primordial com o público interno - aquele que tem o direito de ser "o primeiro a saber" e a ouvidoria, uma função que "faz às vezes" dos segmentos externos de públicos que "têm o direito de saber", representando-os internamente.

3) **Relevância no mercado concorrencial**

Atingir relevância é manter uma imagem institucional sólida e destacada. Além de um discurso básico uníssono, é essencial ativar a comunicação em torno de atitudes tais como patrocínios adotados ou eventos realizados; dois tipos de ação, entre quatro outras, que permitem repercutir valores, obtendo diferencial competitivo.

Para obter relevância são necessários esforços de comunicação cuidadosamente desenhados. Sobressair-se, tornar-se diferente, e ficar acima da concorrência são demandas que exigem sintonia fina com a opinião pública.

4) **Reputação - um ativo em permanente construção**

Reputação deve ser tratada como ativo. É questão de longo prazo e baseia-se na manutenção permanente de uma eficiente comunicação institucional - aquele tipo de comunicação em que a pessoa ou organização "fala de si", fora do discurso administrativo ou "vendedor", algo sempre consistente e alinhado à missão, visão e posicionamento mercadológico da organização.

Além da comunicação institucional, uma segunda tática é o trato das chamadas "crises de imagem pública", algo muito discutido atualmente. Esse tipo de "incêndio", aliás, é o que comumente faz com que se lembre de relações públicas e de assessoria de imprensa. A ideia, nesse caso, é "salvar-se".

O tema tem sido objeto de artigos, muita consultoria, reportagens e cursos que muitas vezes não trazem benefícios reais para a organização ou para a pessoa pública, sempre vulnerável por um acidente, boato publicado na imprensa com estardalhaço ou uma queda repentina no valor de mercado, por exemplo. É preciso antecipar-se e adquirir um saldo de credibilidade do qual se possa "sacar" quando e se necessário.

** Relações-públicas, doutor em Ciências da Comunicação pela USP, professor da Faculdade de Administração e Finanças da UERJ e secretário-geral do Conrerp / RJ .*

Contadores

www.ppfbrazil.com.br
Telefone 55+ (21) 2224-3794

O preço da sua imagem.

Antonio Gonçalves *

O direito digital e suas implicações estão cada vez mais presentes no cotidiano do cidadão brasileiro. Agora se torna rotineiro invadir a privacidade das pessoas, seja por telefone ou correio eletrônico. O objetivo é obter algum fato ou ato que constranja o invadido para que o invasor tenha uma vantagem ilícita. Foi assim com uma atriz de renome nacional ao ter suas fotos íntimas subtraídas ilicitamente por um *hacker*.

O objetivo do *hacker* era a extorsão econômica sob a ameaça de divulgação das fotos em caso de descumprimento. Ora, a vida privada agora virou caso de barganha? Se não houver pagamento em dinheiro podem reduzir sua credibilidade a pó. Se assim for, então, a eficácia da Constituição Federal que protege a honra, a imagem, a vida privada e a intimidade, inclusive das comunicações (art. 5, X e XII), é inócua.

E assim pessoas de bem se veem reféns dos interesses de pessoas inescrupulosas. A nossa legislação, bem como os meios protetivos relativos ao direito digital, ainda são muito frágeis. É mais simples para um criminoso migrar de servidor em servidor e encobrir seus rastros do que a polícia conseguir rastrear com eficiência o seu endereço IP, a única forma de tentar atrelar o acesso a um usuário e, por conseguinte, localizar o infrator.

A atriz é apenas mais um caso de invasão da vida privada. No cenário internacional, casos como este são freqüentes, com invasão de contas em redes sociais, microblogs e, até mesmo do telefone celular de personalidades, tudo em busca de "evidências comprometedoras". O resultado, invariavelmente, é o mesmo: a rápida circulação das fotos na internet com a exposição indevida da vida da pessoa invadida. O remédio jurídico é a busca por uma medida restritiva aos sites que divulgam ilicitamente as imagens sob pena de multa diária em caso de descumprimento.

No entanto, a contramedida não possui o mesmo peso ou tampouco efeito do dano produzido. Conter o vazamento das imagens não inibirá a exibição de sua vida privada, apenas limitará as proporções, porém, a exposição não autorizada lá estará, por curto espaço de tempo ou não. A carreira, a boa imagem construída ao longo do tempo, pode simplesmente se esvair na velocidade de um clique.

A verdade é que o mundo virtual possui muito mais perigos do que nós usuários podemos prever ou imaginar, por isso alguns cuidados básicos podem representar a linha fina entre a proteção ou a invasão de seus dados por terceiros mal intencionados.

As tentativas dessas invasões afloram diuturnamente, seja através de envio de e-mails com alertas de atualização de senhas, mudança de cadastro

em instituição financeira, até mesmo promocionais com companhias aéreas ou instituições públicas, como falsas intimações da justiça, problemas com o fisco, dentre outras artimanhas. O objetivo é efetivar o acesso, via vírus, à vida pessoal do usuário que, em caso de desatenção ao ser vitima de tal golpe, poderá ter um prejuízo econômico e também da sua imagem.

Assim, modifique frequentemente suas senhas de acesso a e-mails, contas virtuais, tome cuidado ao comprar em sites eletrônicos e não abra e-mails de desconhecidos. O caso da atriz é somente mais um no trágico cotidiano que nos transforma em reféns de pessoas que têm uma gama de possibilidades eletrônicas para a prática de crimes virtuais contra os cidadãos de bem, que sequer imaginam o perigo que correm com um simples clique indevido ou uma senha de fácil lembrança.

Nossa Constituição inicia a proteção do direito digital, porém, não é suficiente. Já é hora de leis mais eficazes que protejam nossa intimidade e vida privada. A população não pode ser refém de uma meia dúzia de desocupados que tem como objetivo apenas extorquir e buscar vantagens ilícitas. Nossa intimidade, vida privada, honra e imagem não podem ficar expostos como estão. Que o Congresso adote medidas compatíveis para assegurar a devida proteção à sociedade. O mundo virtual deve ser encarado com seriedade e penalizado com rigor, não pode mais se ter a ilusão de que tudo é diversão, pois os crimes virtuais não causam acidentes, mas sim incidentes de grandes proporções a custos muitas vezes altos demais.

**** Advogado criminalista, pós-graduado em Direito Penal e Doutor em Filosofia do Direito.***

Expediente

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro - criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.

Avenida Rio Branco, 156/4º andar Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP:20040-003 - Tel: (021) 2217-5555 Fax: (21) 2262-6247- www.ibefrio.org.br

BIÊNIO 2011/2013 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - *Theóphilo de Azeredo Santos*

Vice-Presidente - *Márcio João de Andrade Fortes*

Membros - *Henrique Luz, João Carlos França de Luca, José Carlos Monteiro, Luiz Leonardo Cantidiano, Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa, Ricardo E. Vieira Coelho e Thomas Klien.*

DIRETORIA

Presidente
Roberto Lima Netto

Diretor Executivo
Marcos Chouin Varejão

CONSELHO FISCAL

Presidente - *Severino José da Silva*

Membros e Suplentes - *Antonio A. B. de Andrade, João Carlos Reichmann Mader , Luiz Affonso Romano, Luiz Eduardo Marinho e Ricardo Duarte Carneiro Monteiro.*

Conselho Consultivo
Ary da Silva Graça Filho, Marcos Chouin Varejão, Ney Roberto Ottoni de Brito, Orlando Galvão Filho, Reynaldo Vilardo Aloy, Theóphilo de Azeredo Santos e Valmar Souza Paes.

Revista IBEF

Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Henrique Luz, João Paulo dos Reis Velloso, José Gandelman, Luiz Leonardo Cantidiano, Márcio Fontes, Marcos Chouin Varejão, Merval Pereira, Nilton Molina, Renato Flores, Roberto Lima Netto, Sidney Rezende, Theóphilo de Azeredo Santos, Valmar Paes

Editor Responsável
Eduardo Cantidiano

Coordenação Editorial
Mara Iglesias

Jornalista
Vilma Goulart (MTB 18585)

Programação Visual
Red Design Comunicação

Fotos
Carlos Silva - Ministério da Agricultura.
Banco de imagens Red Design.

Publicidade e Marketing
EC - Editora e Comunicação
Eduardo Cantidiano
e.cantidiano@openlink.com.br
(21) 9619-0771

Distribuição
Simone Lira

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

Cooperativismo e ascensão social.

*Mohamad Akl**

Os esforços do governo federal para acelerar a economia brasileira, com investidas nas reduções das taxas de juros, ampliação do crédito e incursões cirúrgicas nos impostos de segmentos industriais, fazem parte do receituário econômico convencional.

Há mais de uma década, contudo, o perfil do trabalho mudou em todo o mundo. O crescimento da China, principalmente, com centenas de milhões de trabalhadores que necessitam de ocupação e de renda, alterou os parâmetros de produtividade e de competição entre os países.

Temos, então, de pensar em algo novo para que o Brasil continue na trilha de ascensão social e econômica de milhões de pessoas. Não podemos perder esse ritmo de desenvolvimento.

Sem contar os investimentos em infraestrutura, educação e saúde, que ainda carecem de quantidade e qualidade, há algo que deveríamos fazer já: fortalecer as atividades econômicas com o fermento social e igualitário do cooperativismo.

Afinal, 2012 é o Ano Internacional das Cooperativas, definido pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Não por acaso essa escolha ocorreu quando os ventos da Europa já prenunciavam uma crise generalizada.

No cooperativismo a renda é compartilhada por todos, na justa medida do trabalho. Os donos dos negócios são os sócios cooperados.

Eles obedecem a princípios como livre acesso e adesão voluntária; controle, organização e gestão democrática; participação econômica dos associados; autonomia e independência; educação, capacitação e informação; intercooperação e compromisso com a comunidade.

O que falta, então, para que as cooperativas aumentem seu grau de contribuição à sociedade brasileira, já muito expressivo na medicina suplementar, no agronegócio e no crédito, por exemplo?

Cumprir o que está determinado pela Constituição Federal de 1988:

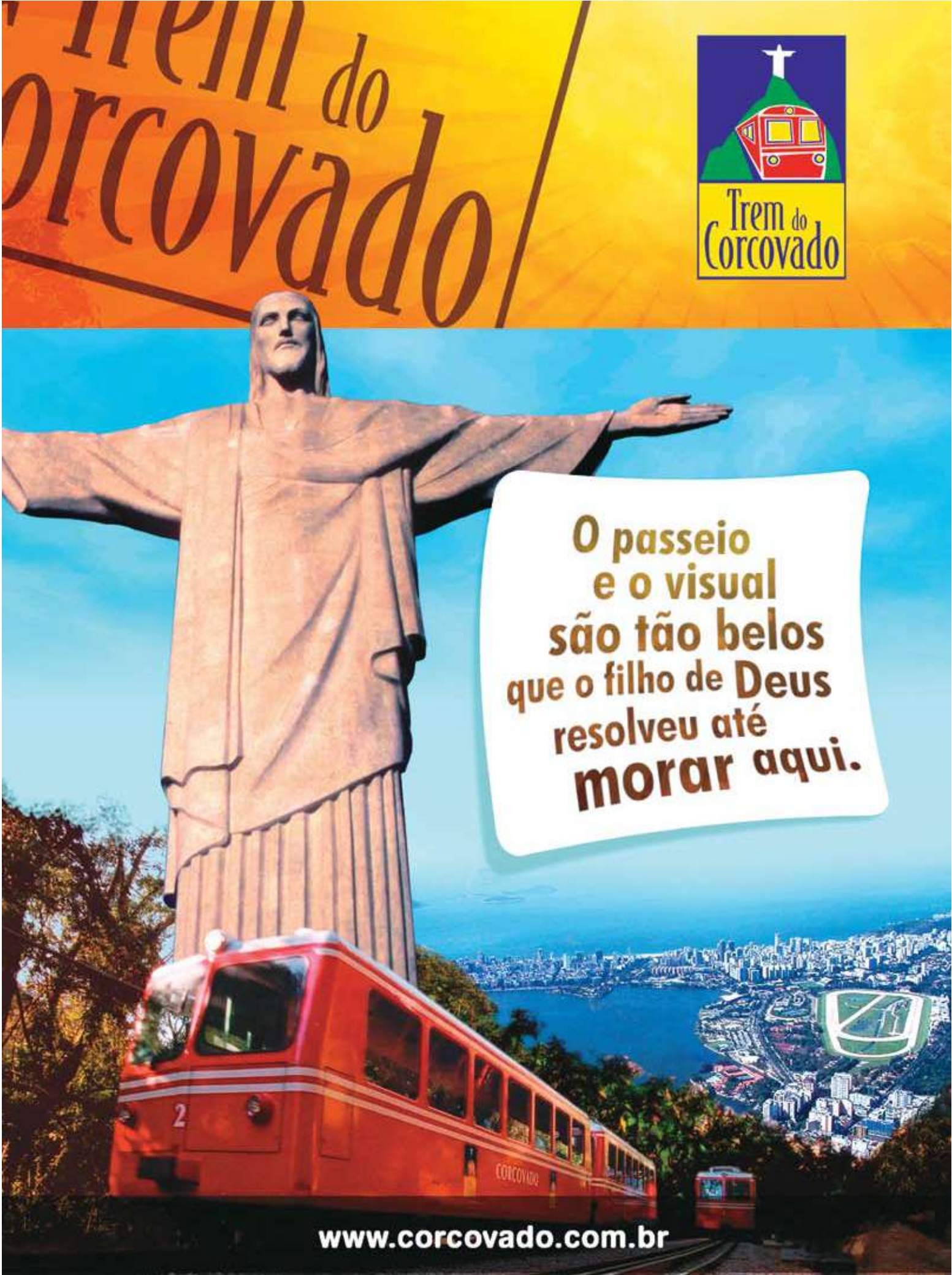
· no artigo 146, c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas;

· no artigo 174, § 2º A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

Rapidamente as cooperativas, que podem começar em um condomínio, rua ou bairro, por categoria profissional ou outras forma de associação, oxigenariam a economia brasileira, sem burocracia e com a flexibilidade exigida por uma economia globalizada.

Fala-se muito da necessidade que o país tem de recursos humanos mais bem preparados e treinados. Se tivessem mais facilidade para se agrupar e trabalhar, não faltariam profissionais, pois há milhões de jovens ávidos por ingressar no mercado de trabalho. As cooperativas são o melhor meio de abrir essas portas para colocar em prática conhecimento, criatividade e vontade de empreender novos negócios.

** Médico ginecologista e obstetra, presidente da Central Nacional Unimed.*


Trem do Corcovado
Trem do Corcovado
O passeio e o visual são tão belos que o filho de Deus resolveu até morar aqui.
CORCOVADO
www.corcovado.com.br

ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do

Gestão estratégica de impostos em supply chain.

A eficiência tributária na cadeia de suprimentos pode trazer mais competitividade para sua empresa.

Fale com **Marcelo Lira**
Sócio-líder de Tax Effective Supply Chain Management
☎ 11 2573 5259

ey.com.br

Trabalhe conosco: **ey.com.br**

- Auditoria
- Consultoria
- Impostos
- Transações

© 2012 EYGM Limited. Todos os direitos reservados.

IBEF

Rio2016
APOIADOR OFICIAL

TM Rio 2016